

MOVIMENTOS + pag/7

Pelo direito ao aborto garantido pelo serviço público de saúde!

INTERNACIONAL ELEIÇÕES + pag / 16 a 20

Parlamento Europeu
A ultradireita cresce com a desagregação da Europa

França / Legislativas
Ilusão de derrotar a ultradireita nas eleições leva à submissão à burguesia

A CRISE ECONÔMICA SE APROFUNDA NO MUNDO E NO BRASIL

EDITORIAL + pag/2-3

As massas precisam superar as direções eleitoreiras e se organizar para defenderem seus empregos, salários e direitos

SINDICAL + pag/10

Organizar a luta dos professores e técnicos em educação de RR

+ pag/11 **APEOESP**

Burocracia impõe a política do governo no sindicato recorrendo a alterações estatutárias

MOVIMENTOS + pag/6

Governo derrota a greve da Educação Federal

INTERNACIONAL

BOLÍVIA

+ pag/18

Tentativa frustrada de golpe favorece a centralização do governo Arce

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na ucrânia!

A crise econômica se aprofunda no mundo e no Brasil

As massas precisam superar as direções eleitoreiras e se organizar para defenderem seus empregos, salários e direitos

 As pressões dos setores ligados ao capital financeiro especulativo sobre o governo Lula se concentram no sentido de que mantenha as condições para continuar pagando os juros e serviços da dívida pública. O que significa, na prática, preservar os fundamentos do Arcabouço Fiscal, manter o déficit público próximo de zero. Para isso, é necessário cortar gastos e reorganizar o orçamento, atacando os serviços públicos, como saúde e educação, em benefício do parasitismo financeiro. As lideranças empresariais da indústria e agricultura foram a Brasília para pressionar o governo a manter a possibilidade do uso de recursos devolvidos do PIS-Pasep para pagamento de outros impostos. O governo cedeu, passando por cima do Ministro da Fazenda, o que representou a perda de R\$ 27 bilhões em arrecadação. No dia seguinte, os especuladores jogaram o dólar para cima e as bolsas de valores para baixo – e pressionaram abertamente o Banco Central para manter as taxas de juros elevadas, o que lhes garante ganhos bilionários. A disputa entre os setores burgueses autoproclamados “setores produtivos” com os “especulativos” resulta em preservação dos interesses gerais de ambos, e transferência do custo do problema para os assalariados e suas famílias.

FOLHETO NOVO!

PARA ONDE
 marxismo >> revisionismo
VAI O CERQUI

Adquira com nossos militantes!

O congelamento das taxas de juros pelo Banco Central foi apresentado como meio de enfrentar as tendências inflacionárias. Já sabemos que a inflação tem aumentado em todo o mundo, e mesmo onde se aumentam os juros, como nos Estados Unidos. As consequências das mudanças climáticas (secas e enchentes) em todos os continentes – que reduziram a produção de alimentos nos principais produtores, como o Brasil –, o alto endividamento estatal causado pela estatização das dívidas das multinacionais e grandes bancos desde 2008, os embargos contra os maiores produtores de vários inssumos (como China e Rússia), o bloqueio do transporte marítimo de navios de empresas e países ligados ao genocídio palestino no Mar Vermelho pelos houthis, dentre outros fatores, empurram os preços dos alimentos, dos transportes, dos seguros e da energia para cima, e estes arrastam os demais consigo, em toda parte.

O Banco Central estadunidense tem mantido elevadas taxas de juros em seu país, supostamente para tentar conter as tendências inflacionárias. Pesquisa recente mostrou que a alta dos preços é a maior preocupação dos eleitores nos Estados Unidos. A alta dos juros atrai dólares de outros países, e vai pressionando internacionalmente o valor da moeda ianque para cima, artificialmente. O dólar tem ganhado valor em relação a todas as principais moedas do mundo. Note-se a contradição entre a tendência à desvalorização dessa moeda em seu país com a tendência à valorização internacional. Esta pressiona ainda mais as tendências inflacionárias em toda parte. Ao mesmo tempo, rebaixa em dólar os custos dos produtos exportados ao maior mercado consumidor do planeta, que é o estadunidense. Enquanto isso, cresce o uso de outras moedas no comércio interna-

cional, especialmente do yuan, que é a moeda do maior produtor industrial mundial, a China, e se enfraquece o uso do dólar ianque. Esse conjunto de elementos contraditórios aponta para um tipo particular de “bolha” especulativa (monetária), que pode ser muito mais danosa que a imobiliária de 2007/08 nos Estados Unidos.

O resultado imediato para as massas tem sido a alta dos preços dos produtos de primeira necessidade. A inflação é um elemento de desorganização econômica geral, mas fundamentalmente é instrumento de rebaixamento geral do valor da força de trabalho. Os capitalistas têm como aumentar os preços e compensar a desvalorização da moeda nacional, preservando seus lucros. E combinam investimentos na produção com os especulativos, que ganham mais com o crescimento da dívida pública. Mas os assalariados têm de defender o poder de compra que vem de seus empregos, sua única fonte de sobrevivência, que são os salários. A organização de movimentos massivos, com os métodos da luta de classes e independência diante da burguesia, seus governos e instituições, é o único meio para alcançar esse objetivo.

Aos assalariados, não interessa qual é a taxa de juros, o preço do dólar, a fuga de dólares, a taxa de inflação. O que interessa é a capacidade de compra de seus salários e preservação da fonte deles, que são os empregos, além dos direitos sociais, que são salários indiretos. As reivindicações que correspondem à defesa dessas necessidades são as de salários suficientes para sobrevivência de si e de suas famílias, reajustado mensalmente de acordo com a inflação medida pelas organizações das massas, a defesa dos empregos por meio da estabilidade no emprego e divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os

aptos a trabalhar, de forma a que não fique ninguém desempregado, e a defesa dos direitos sociais, como saúde, educação, aposentadoria, etc. – o que hoje leva à luta contra as privatizações e à defesa da estatização ou reestatização sob controle operário das empresas estatais.

"

• • •

Os partidos e correntes democratizantes subordinam absolutamente tudo à disputa eleitoral e negociações parlamentares. Sequer são capazes de colocar as vidas palestinas acima do financiamento de suas campanhas e da busca pelo voto dos eleitores reacionários e sionistas.

A crise mundial capitalista leva as burguesias de todos os países a assumirem posições cada vez mais reacionárias, de ataques a salários, empregos e condições de vida e trabalho das massas, e mais ainda, de medidas para sustento do parasitismo financeiro a partir das dívidas públicas. A direitização geral das burguesias é uma necessidade para impor essas medidas. E a imposição de cada uma delas tem de ser feita esmagando a resistência das massas, seja por meio da colaboração traidora das direções das organizações de massa, seja por meios repressivos.

Não há espaço para desenvolver uma colaboração de classes reformista, base político-social das democracias burguesas, que são a forma mais avançada da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. As posições de extrema direita progridem no mundo todo, e, quando não, governos de esquerda assumem as políticas da burguesia que se direitizam cada vez mais. A burguesia mundial não tem outro caminho que não seja o protecionismo ao parasitismo financeiro e o aumento brutal da superexploração do trabalho, por meio dos ataques às condições de vida e trabalho das massas. Essa política se concretiza de

várias formas, dentre elas, as guerras abertas.

É o que vemos no Brasil. O protecionismo ao parasitismo financeiro é a essência da política econômica do governo burguês de Lula. As contrarreformas trabalhista e previdenciária dos direitistas Temer e Bolsonaro foram preservadas. As chamadas políticas de costumes, ideários da extrema direita, avançam mais agora que com Bolsonaro. O desmatamento e queimadas são recordes. Qualquer novo gasto anunciado pelo governo, que não seja para sustentar os parasitas capitalistas, é achincalhado e pressionado para ser revogado. R\$ 350 bilhões em subsídios a grandes empresas são mantidos. R\$ 450 bilhões para financiar o agronegócio são disponibilizados.

As esquerdas se perderam ao assimilarem a democracia burguesa imperialista decadente. Diante dos ataques às massas em benefício dos capitalistas, que certamente fortalecem a extrema direita na prática, se voltam à defesa direta ou indireta do governo Lula, e à disputa eleitoral, parlamentar e judicial. Nos estados e municípios, na sua maioria governados por figuras reacionárias (políticos de cunho fascista), renunciam à luta de classes, o que deixa os governos todos de mãos livres para aplicarem as medidas direitistas – privatizações, cortes de gastos em saúde e educação, destruição do ensino e saúde públicos, etc. Em nome do “combate à extrema direita”, na prática, favorecem a aplicação das medidas reacionárias, o que vai fortalecendo os governos de extrema direita.

Nas atuais condições, a burguesia direitista e ultra direitista podem se dar ao luxo de manter sua linha de usar a democracia burguesa em decomposição para impor as medidas reacionárias. As esquerdas estão metidas até o último fio de cabelo na disputa eleitoral e nas combinações parlamentares, que é o campo próprio da disputa entre as frações burguesas. Os partidos e correntes democratizantes subordinam absolutamente tudo à disputa eleitoral e negociações parlamentares. Sequer são capazes de colocar as vidas palestinas acima do financiamento de suas campanhas e da busca pelo voto dos eleitores reacionários e sionistas. Essa conduta delinquente, apesar de

todo empenho na caça aos votos, não resultará em derrota da extrema direita, nem mesmo em cidades onde poderá haver um governo ligado à frente ampla de Lula/Alckmin. Isto porque os governos burgueses de todos os níveis servem à classe dominante, e a burguesia exige as medidas reacionárias de proteção dos parasitas sobre a base do esmagamento das necessidades dos explorados.

As massas têm realizado movimentos por suas reivindicações, onde seu descontentamento consegue superar a política subserviente das direções. Mas ainda não conseguiram superá-las política e organizativamente, recuperando as organizações para a luta de classes. Sem que possam se unificar nacionalmente a partir das reivindicações e por meio da luta de classes, não terão como se defender dos ataques crescentes da burguesia direitista. Trata-se de um fenômeno mundial.

As movimentações de massa avançam nos continentes. As respostas aos ataques dos capitalistas e de seus governos, que são centralizados sobre as maiorias nacionais, se erguem em toda parte. Somente não derrotam seus inimigos de classe, e caminham para a conquista de seu poder próprio por meio da revolução socialista, por não possuírem em seu seio direções revolucionárias, que expressem em programa a assimilação da rica experiência da luta de classes mundial.

Diante de uma situação mundial em que avançam as tendências revolucionárias das massas, e em que os exploradores não têm qualquer possibilidade de apontar a uma saída progressiva, a crise de direção revolucionária do proletariado se manifesta na sua forma mais grave. Realça a necessidade de reconstruir o partido mundial da revolução socialista. ●

FOLHETO NOVO!

COMO É (DE FATO) a RUSSIA HOJE

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocacia contrarrevolucionária

Adquira com nossos militantes!

O “desequilibrio fiscal” do governo Lula, ou como o capital financeiro exige novas contrarreformas

 As receitas federais têm crescido em relação a 2023 e em relação a anos anteriores. Só no primeiro trimestre do ano, a arrecadação chegou a R\$ 657,77 bilhões, frente aos R\$ 581,8 bilhões do mesmo período em 2023, alta de 13%, a maior em décadas. Mesmo descontada a inflação, a alta ultrapassa os 8%, no ano. Os dados do segundo trimestre ainda não foram fechados, mas já se sabe que abril e maio continuaram com arrecadações recordes. Em maio, segundo os dados do IPEA, o governo deve ter arrecadado R\$ 166,1 bilhões, um crescimento de 10% em relação a maio de 2023.

Os bons números de arrecadação, entretanto, são acompanhados de aumento nos gastos, gerando o chamado “déficit fiscal”. Em maio, a despesa chegou a R\$ 225,1 bilhões, marcando um déficit de R\$ 59 bilhões. Entre janeiro e maio de 2023, o governo teve um superávit de R\$ 3,2 bilhões, enquanto, no mesmo período em 2024, já acumula R\$ 27,5 bilhões de déficit.

As despesas totais, até maio de 2024, tiveram um aumento de R\$ 106 bilhões (crescimento de 12,9% em relação ao mesmo período de 2023), com destaque para o crescimento em despesas com os benefícios previdenciários, no valor de R\$ 47 bilhões, um aumento de 13,1%, em relação a 2023.

Tal situação de “desequilibrio fiscal”, segundo o noticiário econômico burguês, revelaria que o governo Lula prioriza os gastos e não a contenção, e que é dependente de mais arrecadação contínua para não quebrar. A resposta para esse “desequilibrio” seria realizar mais contrarreformas, e diminuir ainda mais os chamados gastos discricionários, ligados a investimentos como os do PAC, orçados em algumas dezenas de bilhões de reais.

Se é verdade que a fórmula dos governos petistas está em arrecadar mais e manter um nível de investimento, ainda que mínimo para os padrões internacionais e para o tamanho de seu PIB, ela não nega a contrapartida, de gastar mais e mais com a Dívida Pública, subordinando as demais despesas, como todos os governos burgueses, ao pagamento de juros e serviços da Dívida.

Seguindo o receituário neoliberal, pró-capital financeiro, é exigido que o governo diminua os gastos com as três maiores áreas de despesas obrigatórias, a da Previdência e Assistência Social, a da Saúde e a da Educação. Para isso, já se cogita a desvinculação dos benefícios sociais, como o BPC, em relação ao salário-mínimo, e a diminuição dos pisos obrigatórios para Saúde e Educação (que já são saqueados pela manutenção da DRU).

É nesse sentido que o governo age, mesmo com todo o seu discurso pró “política social”. Deve, até o final do mandato, apresentar novas contrarreformas que representem diminuição de gastos, para que o orçamento seja ainda mais direcionado para o pagamento da Dívida Pública.

A “disputa” entre Roberto Campos Neto, presidente do BC, e o presidente Lula, sobre “cortar” despesas ou cortar a taxa Selic, não toca na questão do pagamento de juros para a Dívida Pública. Só esse ano, devem ser despejados mais de R\$ 700 bilhões, apenas com pagamento de juros, e mais de R\$ 1,7 trilhão com arrolamento (mais emissão de títulos). Apesar dessas cifras, a Dívida, que fechou o ano de 2023 em R\$ 6,5 trilhões, deve acabar em 2024 com o valor entre 7 a 7,4 trilhões de reais. É um ralo, onde se despejam riquezas nacionais. Não há uma verdadeira oposição entre o governo e o BC.

O cálculo de Lula é eleitoral, pensa na frente ampla burguesa que formou e nas eleições de 2026. Continuará “investindo” em obras do PAC e no assistencialismo burguês, com recursos escassos, enquanto prepara a opinião pública para o ataque que fará ao orçamento dos serviços públicos.

“

• • •

Se é verdade que a fórmula dos governos petistas está em arrecadar mais e manter um nível de investimento, ainda que mínimo para os padrões internacionais e para o tamanho de seu PIB, ela não nega a contrapartida, de gastar mais e mais com a Dívida Pública, subordinando as demais despesas, como todos os governos burgueses, ao pagamento de juros e serviços da Dívida.

a soberania nacional, de não pagamento da Dívida Pública, pode responder. O fechamento desse ralo significaria a possibilidade de amplo investimento na Educação, na Saúde, na infraestrutura das cidades, etc. Nenhum governo, de esquerda ou de direita, no entanto, poderá implementar tal medida, que só será possível por meio de um levante das massas em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos sociais. ●

PEC 18/2011: mais um passo na reforma trabalhista e destruição dos direitos e salários dos assalariados

 Está novamente em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, a PEC 18/2011, que propõe a redução da idade mínima para o ingresso ao mercado de trabalho no país. A PEC modifica o Artigo 7º, XXXIII, da Constituição, permitindo que jovens de 14 anos possam trabalhar “sob regime de tempo parcial”. Aquele entre 14 e 16 anos não mais seria considerado “jovem aprendiz” e sim um assalariado, diferenciando-se por trabalhar por “meio período”.

O Artigo que será modificado foi incluído na Carta Magna, de acordo com a Convenção nº 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), objetivando impedir o trabalho infantil e favorecer a inclusão no trabalho em idade que não deverá “ser inferior à idade em que cessa a obrigação escolar”. O limite de 16 anos corresponde a esses critérios internacionais, uma vez que, segundo a Constituição, a educação básica obrigatória e gratuita deve ser garantida, pelo menos, até os 17 anos. A Constituição, de fato, não seguiu à risca os critérios aprovados internacionalmente para todos os países signatários.

Passaram-se 12 anos desde que foi apresentada, e agora está sendo retomada, impulsionada pela bancada direitista, cujo relator é o deputado Gilson Marques (Novo-SC). Supostamente, a PEC procuraria dar uma resposta àquelas famílias, especialmente as mais pobres, em que jovens são obrigados a trabalhar para ampliar a renda familiar. O mesmo argumento é colocado pelos governistas, especialmente pela bancada petista, para afirmar que isso prejudicaria a juventude, ao lhe retirar o direito à educação, e jogá-lo no mundo do trabalho violentamente e sem direitos garantidos. Ao mesmo tempo que, afirmam os petistas, seria inconstitucional e contrário aos princípios da OIT. Portanto, significaria “reditar” o trabalho infantil e beneficiar com isso a setores empresariais que procuram obter elevados lucros, incorporando mão-de-obra pouco qualificada e mal paga.

Está claro o retrocesso que significaria a PEC 18/2011, porque levaria o patronato a integrar a juventude na força de trabalho, com salários rebaixados e com direitos trabalhistas quase inexistentes. Ou seja, a PEC procura garantir elevados lucros aos capitalistas em diversos setores da produção e dos serviços (automatizados ou que exigem pouca especialização e qualificação técnica) e rebaixar o preço da força de trabalho, ao pressionar aos setores assalariados mais bem pagos e mais qualificados a aceitarem rebaixamento salarial e retirada de direitos para concorrer com a nova massa de força de trabalho incorporada à produção. A burguesia não é capaz de garantir sequer o livre e pleno acesso da juventude pobre e miserável ao ensino básico. Veja-se ainda o fechamento das EJAS e suas consequências para aqueles que trabalham e estudam. Verifica-se que essa política de destruição da educação pública combina-se às pressões que decorrem da destruição de salários e do desemprego, que obriga a juventude oprimida a abandonar os estudos e aceitar qualquer trabalho para ajudar as famílias. Isto quando não são empurrados a se integrar nos negócios da burguesia ligada ao narcotráfico, por exemplo.

Ainda que o projeto seja defendido atualmente pela di-

reita, as condições para seu ressurgimento e discussão estão no governo da frente ampla burguesa de Lula/Alckmin, que vem impondo ajustes e congelamento de salários, que aprovou ou ajudou a aprovar sucessivas reformas trabalhistas, que avançou na submissão ao parasitismo financeiro e favoreceu à desindustrialização, que decide enriquecer os capitalistas, lhes garantindo seus lucros à custa do avanço do trabalho precarizado, etc. Os governos anteriores, ali incluídos os do PT, cortaram madeira e construíram o caixão, e agora criticam os que colocam os pregos para enterrar direitos e conquistas arrancadas com sangue pelos trabalhadores. É tanta a hipocrisia que, de um lado, o PT impulsiona a Reforma do Ensino Médio, que trata da “formação para o trabalho”, e, de outro, se nega a aceitar as condições de trabalho oferecidas pela burguesia à juventude, na PEC 18/2011.

Os marxistas defendem o direito da juventude a ser incluída na produção social, com o objetivo histórico de combinar o trabalho à educação, para formar indivíduos desenvolvidos integralmente em suas aptidões produtivas, intelectuais e físicas. Mas, o fazem assinalando que essa unidade que combina a teoria à prática no âmbito da produção social somente é possível de ser feita com a expropriação da grande propriedade privada, transformando-a em coletiva, sobre cuja base econômica se avançará na formação de pessoas que realizam na prática da produção a generalização da teoria, e por meio da prática avaliam e atualizam sua generalização teórica.

No capitalismo, essa unidade é impossível. E a juventude que ingressa na produção e no trabalho se embrutece e se torna um simples apêndice do maquinário e do processo de produção. Jogada para fora das escolas e das universidades, se bestializa, obrigada a viver miseravelmente, e destruindo suas aptidões por conta de baixos salários e a inexistência de direitos. Enquanto se garantem os lucros dos capitalistas se decompõe a força de trabalho. Por isso é que, sem negar que existem condições que empurram a juventude ao trabalho, exigimos imediatamente que se garanta a divisão entre as horas de trabalho entre todos os aptos nacionalmente, que se garanta estudo a toda a juventude, e um salário mínimo vital que corresponda às reais necessidades das famílias. A juventude deve ter direito a uma meia jornada de trabalho, de forma a combiná-la com os estudos e o lazer.

É parte dessa luta, a imposição aos governos do direito e livre acesso ao estudo a toda a juventude em todos os níveis educativos, e a construção e a manutenção de todas as escolas e salas de aulas necessárias para que toda a juventude seja incorporada à educação imediatamente.

Esse programa é que de fato dá uma resposta à ofensiva da direita e abre caminho à luta pela defesa dos interesses reais e mais urgentes da juventude oprimida, em unidade com o conjunto dos trabalhadores. Programa que leva os oprimidos e explorados a se chocarem com o governo burguês de Lula e as direções sindicais pelegas, que falam da boca para fora, mas estão afundados na política de contrarreformas e na ofensiva de ataques da burguesia contra os assalariados e a juventude oprimida. ●

GOVERNO DERROTA A GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL

 Depois de mais de dois meses de greve conjunta dos institutos e universidades federais, o governo conseguiu derrotar o movimento, sem que este alcançasse a principal reivindicação, que era de reajuste salarial para o ano de 2024. A promessa de que o governo aplicará mais R\$ 5,5 bilhões na infraestrutura das universidades e institutos federais, mais alguns penduricalhos ligados à progressão na carreira, serviram para que as direções políticas defendessem o fim da greve, e conseguissem maioria nas assembleias de base, seguindo o “apelo” feito por Lula na véspera. Mesmo assim, no caso do ANDES-SN, ligado aos docentes, a decisão pela continuidade da greve foi significativa: 35 universidades aprovaram a saída do movimento, enquanto 20 aprovaram a sua continuidade.

A divisão da categoria docente refletiu o descontentamento com os rumos do movimento grevista. Desde o início de junho, as direções políticas, sobretudo a do ANDES-SN (ligada ao PSOL e PCB), sinalizavam que o movimento havia conquistado já algumas de suas reivindicações, que sair da greve “sem ser derrotado” completamente já era uma vitória, e outras coisas do tipo. Na verdade, o que elas não afirmavam é que os métodos dominantes da greve haviam fracassado. A pressão parlamentar e o trabalho junto da “bancada sindical” foram os principais instrumentos de ação da greve. Durante mais de dois meses, não foram convocados grandes atos e manifestações de rua. Aquele que ocorreu, em 21 de maio, em Brasília, ocorreu pelo calendário já existente das Centrais sindicais. A necessidade de as direções dos três sindicatos envolvidos na greve, Andes-SN, Sinasefe e Fasubra, convocarem as bases para mobilizar dentro e fora das universidades e institutos não foi satisfeita. Prevaleceu o voluntarismo por parte das seções sindicais regionais em realizar ou não atos locais. Esvaziaram-se os campi acadêmicos. Os

técnicos, que iniciaram o movimento ainda em março, realizaram, em muitas universidades, a “greve de pijama”. A greve estudantil, quando ocorreu, foi por iniciativa de alguns DCEs, mas sem uma política das direções sindicais orientada a ganhar os estudantes.

Sem manifestações nas ruas, ocupações de avenidas e prédios, e sem que houvesse mesmo uma unidade entre os três setores, estudantes, técnicos e professores, a greve dependeu unicamente da “pressão” exercida em Brasília. O governo apenas teve de esperar as direções se cansarem. Não modificou sua política de congelamento salarial para 2024. Porque apresentar qualquer índice aos grevistas seria ameaçar o Arcabouço Fiscal, não tanto pelo aspecto econômico, já que o governo tem tido dificuldade de cumprí-lo, mas pelo aspecto político: era preciso mostrar aos partidos e às frações burguesas que o governo não aumentaria as despesas com o funcionalismo no primeiro ano do novo regime fiscal.

A greve, portanto, se chocava com a política de austeridade fiscal, que objetiva sucatear e atacar os serviços e os servidores públicos, para manter o parasitismo da Dívida Pública. As direções políticas, no entanto, abandonaram a defesa dos salários e, concretamente, o combate ao Arcabouço, ao aceitar o acordo rebaixado que o governo apresentou. Os reajustes em 2025 e em 2026 não reporão sequer as perdas do governo Bolsonaro, que também aplicou congelamento salarial. A fração a mais do orçamento para as universidades e institutos depende de liberação, e é insuficiente diante da demanda de mais 69 universidades e 38 institutos federais (estes com mais de 680 unidades). O orçamento da rede federal de ensino foi reduzido, desde 2015, quando então se realizou uma greve contra o governo Dilma Rousseff. Passados dez anos, o orçamento não foi recomposto, e novas demandas foram criadas, o que representa sucateamento da rede.

O que se viu na greve das federais também manifesta duas tendências opostas da conjuntura: o descontentamento dos trabalhadores com a inflação, a carestia de vida, e a tendência das direções políticas sindicais em colaborarem com os governos e os capitalistas. Nessa situação, os governos e os patrões não precisam se esforçar para derrotar os movimentos e as mobilizações, porque as próprias direções atuam para fazê-lo. No caso da greve da educação federal, isso ficou perceptível ao longo de 2023 e início de 2024, quando as direções fizeram de tudo para chegar a algum acordo plausível com o governo federal. Este, no entanto, manteve a política de congelamento salarial, o que impossibilitou manter na passividade professores e técnicos da rede federal de ensino. A greve começou, no entanto, já fragmentada: os técnicos das universidades iniciaram a greve em 11 de março, com grande adesão, dirigidos pela Fasubra. Apenas em 03 de abril, a greve dos institutos federais se iniciou, com a direção do Sinasefe e, mais tarde, em 15 de abril, a greve dos docentes das universidades foi iniciada, com direção do Andes-SN.

Antes disso, já em dezembro de 2023, todos já sabiam que o governo imporia o zero de reajuste, apresentando em mesa de negociação. A divisão e a demora em iniciar um movimento grevista esteve ligado à esperança de que o governo, apoiado eleitoralmente por essas direções, iria ceder em mesas de negociação subsequentes, o que, como sabemos, não ocorreu.

A derrota do movimento grevista é fruto, portanto, da combinação da posição intransigente do governo pró-capital financeiro, que sustenta o Arcabouço fiscal atacando os serviços e os servidores públicos, com a posição das direções sindicais, que retardaram o início do movimento grevista e, quando este estava em movimento, atuaram apenas pela pressão parlamentar e na aposta das mesas de negociação. ●

A extrema direita consegue dar um passo na aprovação da maior criminalização do aborto. E Lula se limita criticar o “excesso” do PL1904, mantendo sua ilegalidade

Pelo direito ao aborto a todas as mulheres e meninas, garantido pelo serviço público de saúde!

No último dia 12 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou urgência para votação do Projeto de Lei (PL) 1904/24, do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e outros 32 parlamentares. Esse PL criminaliza qualquer aborto que for feito após 22 semanas de gestação. O que levaria milhares de meninas estupradas para a cadeia, para cumprirem mais de duas décadas de prisão, o dobro da pena dos estupradores. Houve uma reação contrária de muitas organizações e médicos, e o PL voltou a ser “negociado”.

“**A maior criminalização do aborto corresponde ao maior desenvolvimento da chamada “pauta de costumes”, que expressa a orientação ideológica da extrema direita no Brasil, e que tem avançado ainda mais no governo Lula que no de Bolsonaro.**

A maior criminalização do aborto corresponde ao maior desenvolvimento da chamada “pauta de costumes”, que expressa a orientação ideológica da extrema direita no Brasil, e que tem avançado ainda mais no governo Lula que no de Bolsonaro. Nesse sentido, aumentar a criminalização do aborto corresponde a uma necessidade eleitoral dos setores mais reacionários, ligados às igrejas

e demais setores ultraconservadores. A defesa desses setores do PL 1904 não tem nada a ver com a defesa da vida, e sim da defesa de seus interesses mais particulares, muitas vezes inconfessáveis.

Do outro lado do que apresentam os meios de comunicação, estão Lula e outros, que consideram o PL 1904 um “exagero”, por aumentar gravemente a criminalização do aborto. Lula declarou que “é contra o aborto”, mas não se pode condenar uma mulher estuprada a uma pena maior que a de seu estuprador. Note-se que a posição não é a de defesa do direito ao aborto, muito pelo contrário. Lula defendeu a atual criminalização do aborto, que somente é considerado legal se a gravidez for por estupro, ou má formação do feto, ou ameaça à vida da mãe. Colocou-se assim apenas contra o “exagero” de penalizar até mesmo meninas estupradas, se o aborto ocorrer após 22 semanas.

Como se vê, nenhum dos dois lados se manifestou pela reivindicação das mulheres, que é a do direito ao aborto para todas e garantido pelo Estado.

Uma entre cada três mulheres realiza aborto após as 22 semanas do PL 1904. Sua aprovação levaria muitos milhares de mulheres à prisão, a maioria meninas. Duas entre cada três mulheres estupradas têm entre 10 e 14 anos, o que dificulta conhecer a gravidez antes das 22 semanas pretendidas. E mais e 62% delas são estupradas em casa, por parentes próximos, outro elemento de adiamento do aborto.

A gravidez indesejada afeta milhões de mulheres. Muitas são obrigadas ainda muito jovens a assumirem o sustento e criação de filhos. O que em geral representa um martírio para a maioria.

Grande parte das mulheres e meninas que são obrigadas a fazer aborto o fazem em clínicas clandestinas. Somente as mais ricas têm acesso aos cuidados necessários. O que leva a maioria a sofrer com enfermidades, aleijamento ou mesmo à incapacidade para gerar.

A proibição e criminalização do aborto é uma das maiores violências pelas quais passam as mulheres. O Estado e suas instituições, controladas pela burguesia e seus homens, as impõem à maioria de mulheres, mas principalmente às mais pobres. Essa é mais uma das manifestações da violência de classe, que têm origem na propriedade privada dos meios de produção e na constituição do Estado como instrumento da ditadura de classe.

Os movimentos sociais devem colocar a reivindicação de direito ao aborto com garantia de atendimento pelo Estado em suas pautas de reivindicação. Cabe mobilizar todos os explorados por essa bandeira. Será por meio da luta de classes que será possível lutar por ela efetivamente, e não por meio de eleições, parlamentarismo ou judicialização. Organizadas ao redor dessa e demais reivindicações, as mulheres estarão à frente da luta revolucionária pelo socialismo. A igualdade entre homens e mulheres depende da revolução proletária e do fim das classes sociais para se realizar plenamente. ●

ABAIXO A INGERÊNCIA DO MOSSAD SIONISTA SOBRE A POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA!

***Fora com a ingerência de Israel e dos EUA sobre o governo,
justiça e polícia brasileiros! Pela ruptura de todas as relações
do Brasil com o estado sionista de Israel!***

*Em definitivo, nenhuma compra de armas ou venda de petróleo ao estado genocida! Cessar fogo imediato e incondicional em Gaza! Fora o sionismo e o imperialismo da Palestina e de todo o Oriente Médio! Palestina Livre do Rio ao Mar! Fim do Estado de Israel! Por uma república soviética palestina!
Por uma federação de estados socialistas no Oriente Médio!*

Manifesto PPRI - 3 de julho de 2024

A deportação da família palestina Abuumar de volta para a Malásia expressou a subordinação do governo brasileiro, e da polícia e justiça nacionais, à ingerência de Israel e dos EUA. Essa família mora na Malásia e vinha de férias ao Brasil, com retorno marcado para 7 de julho. Nem Brasil, nem Malásia, tinham qualquer oposição à viagem. Mas o serviço secreto de Israel, o Mossad, em ato coordenado com os Estados Unidos, denunciou Abuumar como membro do Hamas, taxado como terrorista pelo sionismo e pelo imperialismo. Por isso, o Mossad exigiu a detenção da família palestina, ordem que foi imediatamente acatada pela polícia federal brasileira. A justiça brasileira também acatou a determinação externa, vindas da 4ª parte na questão (a 3ª parte é o imperialismo estadunidense). O governo Lula, que supostamente comanda a polícia federal, não moveu um dedo para evitar a deportação. Provou mais uma vez sua subordinação ao imperialismo ianque, que é quem sempre está por trás do sionismo israelense.

A deportação foi certamente uma violência sobre uma família palestina, mas foi também uma violação flagrante da raquítica soberania nacional brasileira. Caberia a todas as organizações de massa responderem imediatamente ao pisoteamento do país pelo serviço secreto sionista, com apoio dos EUA. Se já não bastasse o genocídio de dezenas de milhares de palestinos, na maioria crianças, pelo sionismo, armado e sustentado pelo imperialismo estadunidense, a ingerência do Mossad para deportar a família palestina trouxe a violência reacionária do estado sionista de Israel sobre os palestinos ao território brasileiro. Caberia convocar imediatamente manifestações de rua exigindo a denúncia e ruptura das relações entre Brasil e Israel. Mas o apoio das direções ao governo e a busca desesperada de apoio eleitoral, entre eleitores e apoiadores reacionários e sionistas, as amarra para agir, até mesmo diante de flagrantes como esse. Diz-se que a primeira tarefa é combater a extrema direita, mas nada se faz quando medidas extremistas de direita como essa são colocadas em prática.

O governo Lula chegou a suspender por dois meses o acordo de compra de armas (obuseiros) de Israel em maio. No entanto, a suspensão não é o cancelamento do acordo, e sim uma promessa de retomada futura desses negócios. E o Brasil continua exportando petróleo que alimenta a máquina de guerra israelense. E a essência da política econômica do governo Lula ainda é o Arcabouço fiscal, ou seja, fazer de tudo para pagar os serviços e juros da dívida pública, boa parte desse dinheiro cai nas mãos de grupos econômicos sionistas, e também alimenta o genocídio. Ainda que as declarações de condenação do genocídio tenham sua importância, a ausência de medidas práticas de sabotagem do genocídio coloca o Brasil e seu governo na condição de cúmplice do assassinato em massa de palestinos. A reivindicação que corresponde à defesa da vida dos palestinos, contra o genocídio, é a ruptura total de relações com Israel.

As reivindicações do movimento de defesa dos palestinos não farão o governo agir por meios institucionais. Dependem da mobilização geral das massas oprimidas, especialmente do proletariado, que move as fábricas, portos e aeroportos. As manifestações de rua nas grandes cidades têm grande importância, porque projetam o movimento ao conjunto da população assalariada, e pressionam o governo a tomar as medidas necessárias.

O entrave que se ergue para que o movimento avance em suas defesas é a proximidade das disputas eleitorais, que arrastam os partidos, correntes e organizações para o empenho, mais que prioritário, quase que exclusivo, na propaganda dos candidatos. Tudo é subordinado a galgar postos no aparelho do Estado. Mas esse aparelho serve de comitê dos negócios da burguesia, e nunca contra ela. A mesma burguesia que se direitiza no mundo inteiro, e também no Brasil. E se fortalece com medidas de protecionismo ao parasitismo financeiro da dívida pública, e com os ataques às condições de vida e trabalho, e direitos sociais das massas. Medidas essas que não são respondidas com a organização da luta de classes para combatê-las, mas com campanhas eleitorais, cretinismo parlamentar, judicialização, negociação no campo dos ataques.

É a partir dessa concepção capituladora que se questiona o que se deve ou não romper com Israel. Como se fosse possível escolher entre a ruptura do comércio de armas ou a de exportação de petróleo, de acordo com as chantagens do governo israelense, que manobra com a autorização ou não de embarques de palestinos e brasileiros vindos da Faixa de Gaza e demais regiões da Palestina. Não se podem negociar as mortes em nome da diplomacia ou de negócios. As concessões nesse campo representam vidas que são eliminadas sumariamente, portanto, significa ser cúmplice, ora por omissão política, ora pelos cálculos eleitorais mesquinhos, do holocausto dos palestinos. É por isso que se deve lutar por meio da ação direta das massas nas ruas para que haja o atendimento das reivindicações pelo governo.

Os palestinos se defendem e têm sua resistência organizada, que luta com as armas que têm contra os massacres sionistas. Enfrentam corajosamente um enclave da maior potência imperialista, armado com grande quantidade de armas e munições. Mas não se trata de um ataque regional. O genocídio de palestinos é a expressão mais acabada da violência destrutiva que as potências imperialistas mundiais realizam em todo o mundo, em benefício do capital financeiro internacional. O enfrentamento vai muito além do enclave sionista no Oriente Médio, é uma luta mundial dos explorados contra os exploradores. É tarefa do proletariado mundial derrotar o imperialismo em toda parte. Será esse movimento mundial das massas que imporá o cessar fogo em Gaza. E abrirá caminho para as revoluções socialistas em toda parte. ●



↓ Na noite do dia 23/06/2024, a Polícia Federal/PF e a Justiça Federal expulsaram do país o palestino Muslim M. A. Abuumar e sua família. Muslim é professor da Universidade da Malásia, onde reside. Chegou ao Brasil em viagem de férias, para visitar seus familiares que residem no país e são naturalizados brasileiros. Porém, antes de desembarcar do avião, foi abordado pela PF no Aeroporto Internacional de Guarulhos (21/06/2024), detido e colocado sob custódia policial. Junto de Abuumar viajavam, sua esposa grávida, seu filho e sua sogra. Não era a primeira viagem que faziam ao Brasil para visitar seus familiares (a última foi em janeiro de 2023). E tampouco constava qualquer pedido de extradição.

Abuumar foi perguntado de forma intimidatória se “apoiava” o Hamas e qual sua posição sobre a situação em Gaza. Essa intimidação tinha o objetivo de justificar a abordagem ilegal pelo simples fato de ser palestino. Sua detenção foi feita sobre a base de uma “lista” apresentada pelo FBI, acusando-o de ser um “membro do alto-escalão” do Hamas. Todavia, a PF acusou sua esposa e ele de quererem “aproveitar” da viagem para que seu filho nascesse no país e assim fossem naturalizados.

A ordem de deportação foi emitida diretamente de Brasília, a pedido da direção da PF. Camilo Graziani Caetano Paes de Almeida (Coordenador de Enfrentamento ao Terrorismo da Diretoria de Inteligência Policial) e Felipe Tavares Seixas (Coordenador-geral de Inteligência da Diretoria de Inteligência) cumpriam as ordens do sionismo. Eles estiveram juntos em uma atividade com a Conib (Confederação Israelita do Brasil), que objetivava defender Israel e criminalizar os palestinos.

Ao cumprirem com os objetivos sionistas, o Estado brasileiro se fez cúmplice da extradição ilegal, de pro-

Governo, Justiça e Polícia Federal agem sob comando do sionismo e expulsam família palestina do país

fundo conteúdo xenofóbico e racista, sem qualquer embasamento jurídico ou ligado à “segurança nacional”, rasgando a Constituição e as leis, deixando Israel interferir na soberania do país. A justiça que determinou sua expulsão o fez contrariando todas as disposições legais existentes. Apenas bastou a acusação dos sionistas e do FBI (sem qualquer prova) para que a PF, Justiça e o próprio governo rompessem o ordenamento jurídico-constitucional para submeter mais uma família palestina à perseguição e à discriminação do Estado genocida de Israel. Tampouco é a primeira vez que o governo se subordina às imposições dos genocidas sionistas. Israel, desde novembro do ano passado, impede que se garanta a famílias de palestinos-brasileiros saírem em segurança de Gaza, e virem para o Brasil. A América Latina conhece muito bem esses métodos. O Plano Condor, instaurado pelas ditaduras militares sob ordens dos EUA, agiu por cima das fronteiras nacionais para perseguir e assassinar opositores. Ao aceitar a expulsão de Abuumar, o Estado brasileiro deixou um estado genocida perseguir e decidir sobre a vida e destino de uma família por cima das relações jurídicas que regem a atuação das instituições do Estado, e pisoteou sua soberania para se submeter a um estado estrangeiro, que ainda por cima não passa de um enclave dos Estados Unidos no Oriente Médio.

O holocausto palestino não será freado com declarações ocasionais ditas à tribuna, enquanto se mantêm acordos e se aplicam medidas que, objetivamente, ajudam a manter o genocídio em curso e a perseguição racista e colonial dos palestinos em qualquer parte do mundo. Continuar com os acordos e relações (comerciais, políticas, diplomáticas, acadêmicas, etc.) que financiam e sustentam o genocídio, a exemplo do petróleo que sai da Petrobras para Israel, e a expulsão de Muslim são duas faces da mesma

política hipócrita do governo de frente ampla burguesa que, mais uma vez, demonstrou que só lhe interessa posar de humanitário e preocupado com os civis, sem passar das palavras aos fatos, o que significaria tomar medidas que contrariem e atinjam os genocidas.

• • •

Ao aceitar a expulsão de Abuumar, o Estado brasileiro deixou um estado genocida perseguir e decidir sobre a vida e destino de uma família por cima das relações jurídicas que regem a atuação das instituições do Estado, e pisoteou sua soberania para se submeter a um estado estrangeiro...

Cabe denunciar abertamente o governo, a Justiça e a PF de subservientes do sionismo e cúmplices do genocídio, ao se negarem romper quaisquer relações e permitirem a interferência do Estado genocida de Israel nas decisões de estrita soberania nacional. A Conib deve ser responsabilizada por ingerência nos assuntos internos do país, e a embaixada de Israel deve ser expulsa do país. A Frente Palestina São Paulo deve denunciar esse novo ato de cumplicidade do Estado brasileiro e desenvolver, imediatamente, uma campanha junto aos sindicatos e organizações populares, chamando suas bases a romper com a parálisia cúmplice das direções, defendendo que recorram aos bloqueios, greves, manifestações e ocupações que obriguem o governo a romper com o Estado genocida, colonial, terrorista e racista de Israel. ●

GENOCÍDIO
na Palestina

Comitê em defesa da Palestina em Roraima

SOMENTE A LUTA CONCRETA PODE BARRAR O GENOCÍDIO NA PALESTINA

O Comitê em Defesa da Palestina em Roraima se reuniu no dia 26/06, para fazer o balanço das últimas atividades, o ato público chamado para o dia 6 de junho, e atividade de formação que ocorreu em 7 de junho, de forma online. O ato deveria acontecer em meio ao grande arraial de São João, organizado pela prefeitura, mas ocorreu apenas panfletagem, por falta de organização e escolha equivocada do local. Mesmo a chuva torrencial que ocorreu no dia não teria impedido as falas que poderiam ter ocorrido antes. Mas a posição imobilista da maioria das correntes acabou por inviabilizar o ato. Assim, avaliamos que a panfle-

tagem é apenas parte do ato, já que é preciso a intervenção pública, com falas e agitação, para que a população entenda a gravidade do genocídio praticado em Gaza.

Também avaliamos a formação política, que, embora tenha ocorrido de forma online, foi positiva por levantar os principais problemas e as bandeiras corretas para o movimento internacional: ruptura total dos acordos dos governos com o Estado genocida, a defesa de uma Palestina livre, do rio ao mar, e a necessidade da luta nas ruas para barrar a violência desfechada contra os palestinos.

Na reunião, ainda ficou acertada a periodicidade das reuniões do Comitê

(quinzenal), e a necessidade de realizarmos atividades de rua sempre que ocorram os chamados nacionais e internacionais. Interviemos mostrando que a importância do Comitê é a sua possibilidade de reunir todas as correntes e os movimentos de esquerda em ações diretas, nas ruas. Que as formações e as panfletagens são importantes, mas não devem substituir os atos públicos que visam a ganhar a população, para se somar à luta internacional contra o genocídio na Palestina. Apenas uma política proletária internacionalista, apoiada nos métodos da ação direta, ganhando os trabalhadores e pressionando os governos, pode barrar o genocídio em curso. ●

SINDICAL

Organizar a luta dos professores e técnicos em educação do estado de RR

O sindicato dos trabalhadores em educação básica do Estado de Roraima (SINTER) convocou uma paralisação para o dia 28 de junho, colocando como principal pauta o reajuste salarial anual dos professores e técnicos, e a reposição das perdas salariais, que já contabilizam mais de 40%. A paralisação foi aprovada em assembleia ocorrida em 21 de junho, na sede do Sinter. No entanto, ela não teria ocorrido, se não fosse a mobilização e pressão dos professores da base que, diversas vezes, se reuniram na frente do sindicato, cobrando uma posição da direção que, desde o início do ano, se submete à vontade do governo em anunciar ou não o reajuste.

As negociações da direção atual do Sinter favorecem apenas o governo, que sequer se posiciona sobre a database, o que ele fez até agora foi marcar e desmarcar reuniões com o sindicato, sem nenhuma proposta concreta.

Em uma das reuniões organizadas pela base, a direção foi obrigada a se posicionar, porém, defendeu que o "diálogo" é o melhor método para conseguir o reajuste. Mas foi calada por professores e técnicos, que denunciaram essa direção como a pior que o sindicato já teve ao longo de sua existência. Pois, não cumpre minimamente o estatuto do sindicato, não conversa com a base, e está transformando o Sinter em um escritório do governo.

A partir da necessidade de reivindicação do reajuste dos professores e valorização da educação, os professores organizaram o Movimento dos Trabalhadores em Educação de Roraima, o MOTE. Esse movimento carrega as contradições dos trabalhadores em educação, que se vêem abandonados pelo sindicato e, ao mesmo tempo, anseiam por salários dignos e melhores condições de trabalho. Por isso, de um lado, há a defesa da criação de

um novo sindicato e, de outro, a defesa da expulsão dessa direção burocrática e traidora.

Claramente, o problema não está no prédio no sindicato, ou no sindicato em si, mas nas ações traidoras da direção, que decide de forma autoritária as negociações com o governo. Não existe negociação justa, quando o governo sequer responde ao sindicato ou, quando responde, rebaixa a exigência dos trabalhadores para o mínimo. A realidade da educação no estado exige lutas reais, por meio dos métodos de luta históricos dos trabalhadores, como a paralisação, a greve, a manifestação pública, denunciando a realidade da educação, e exigindo condições de trabalho e salários dignos.

A realidade da educação do estado de Roraima é parte da realidade da educação no país, que enfrenta a mais dura precarização e desvalorização dos profissionais da área. Somente esse ano, diversos sindicatos, pressionados pela mobilização dos trabalhadores, deflagraram greve, tendo como principal pauta o reajuste anual e a reposição salarial perdida ao longo dos últimos anos. E é esse o caminho para os trabalhadores da educação em Roraima: organizar a greve a partir de suas assembleias de base para, assim, pressionar o governo, e exigir o reajuste salarial. A política de todos os governos, de esquerda ou de direita, é a de congelar o salário do funcionalismo e cortar gastos com os serviços públicos. Contra essa política, temos nossa força coletiva, os métodos de luta e as reivindicações que defendem nossas vidas e os serviços sociais para a população.

É preciso que novas assembleias sejam amplamente convocadas e nelas se organizem os comitês de mobilização, para massificar o movimento e, então, aprovar a greve dos trabalhadores da educação contra o governo que nos explora. ●

Burocracia impõe a política do governo no sindicato recorrendo a alterações estatutárias antidemocráticas

No dia 21/06, foi realizada a reunião do Conselho Estadual de Representantes (CR) da Apeoesp. Objetivou encerrar qualquer possibilidade de luta da categoria contra a destruição de salários, empregos e direitos; e abrir caminho às campanhas eleitorais de governistas e opositores no próximo semestre.

Aproveitando o recuo da categoria, após a derrota do movimento pela traição da direção e da maioria da oposição, a burocracia petista-psolista viu-se de mãos livres para fazer mais uma ofensiva pela anulação da democracia e centralização burocrática, ao propor como ponto principal da pauta a aprovação de uma “alteração estatutária” no Artigo 2º do estatuto, nas letras G e H, para incorporar neles as resoluções da Seduc: 1) concursos aprovados e 2) o “processo seletivo” de “atribuição”.

A exposição da inclusão foi feita pelo advogado responsável do departamento jurídico do sindicato. Segundo explicou, a direção da Apeoesp entrou com uma ação judicial, questionando o caráter antidemocrático do processo seletivo dos professores contratados feito pelo governo. Para os burocratas e aliados, o problema dos concursos era que não tinham sido “justos”. Como supostamente o sindicato não seria contrário aos concursos de classificação e atribuição, os burocratas aproveitaram para introduzir, nos Estatutos, os con-

cursos do governo, e lutar para que fossem “justos” e “democráticos”. O mesmo princípio caberia para incorporar também o “Processo Seletivo Simplificado”.

Nos fatos, se introduziu nos estatutos a defesa dos concursos e processos seletivos feitos nos moldes do governo, e que foram instituídos em sua forma e métodos de seleção/classificação para demitir 40 mil professores e destruir a estabilidade, estendendo os contratos temporários. Agora ficou mais claro o porquê da negativa da direção de não organizar a greve em defesa dos demitidos e de erguer a bandeira da imediata efetivação. O CR ajudou o reacionário Tarécio, fazendo dos estatutos um instrumento de seus ataques, que agora servirão a qualquer governo de plantão para continuar impondo mais demissões e precarização, aceitando cada ataque, desde que devidamente “justificado”.

Os conselheiros foram ao CR sem saber o que seria tratado. Impediu-se assim a ampla e democrática discussão nas bases, para que os conselheiros levassem à reunião seu debate e posição coletiva sobre os pontos. Se assim fosse feito, é possível que a burocracia se encontrasse perante a esmagadora rejeição da categoria. O ocultamento pela burocracia petista-psolista de usar o CR para impor a política governista demonstrou que eles fazem do sindicato um instrumento de interesses aparelhistas, e impõem, goela abaixo dos

“
• • •
Nos fatos, se introduziu nos estatutos a defesa dos concursos e processos seletivos feitos nos moldes do governo, e que foram instituídos em sua forma e métodos de seleção/classificação para demitir 40 mil professores e destruir a estabilidade, estendendo os contratos temporários. ■

trabalhadores, a política do governo direitista, que tanto dizem combater.

Apesar desse conteúdo reacionário da alteração, nas intervenções das correntes de oposição, não houve palavras de ordem para convocar a revolta da categoria contra a burocracia. Tampouco contra o processo de “recondução”, que desgraçará os professores, contratados e precarizados. Inclusive, há correntes da oposição que defendem os concursos em geral, sem entender que, nas condições atuais, defender os concursos é defendê-los nos moldes impostos pelo governo, voltados às demissões. Particularmente, significa abandonar a luta pela efetivação de todos, sem concurso, e da estabilidade, além de desconhecer o tempo de serviço como um critério defendido pela categoria para a atribuição de aulas/classes.

Os professores e professoras estão sujeitos, a partir de agora, à continuidade das demissões e da precarização e, desta vez, como apoio da burocracia sindical e seus aliados. Aguardam os concursos meritocráti-

cos e comprovação de “competências” (determinadas pelo próprio governo), para poder terem atribuídos os cargos. Os trabalhadores da Categoria O estão diante da “recondução” discricional e autoritária dos diretores, exigindo-lhes abaixar a cabeça e aceitar todas as imposições do governo, se quiserem conservar seus empregos (ver nota publicada junto a esta, sobre “reconduções”). Enfim, eles estão por ver os burocratas defendendo a Reforma Administrativa, também por isso fazem as alterações estatutárias: introduzem nos estatutos medidas que fazem parte do projeto sendo discutido no Congresso.

É bom lembrar que o congresso da Apeoesp do ano passado aprovou a proposta da burocracia e aliados, de que o CR poderia fazer alterações estatutárias e impor decisões, sem passar por assembleias e Congressos. Assim, foi possível que, no CR do dia 21/06, se aprovasse uma alteração estatutária sem qualquer debate, e objetivando impor a política de desemprego e terceirização do governo, **continua |>**

A direção não tem interesse de derrotar a ultra direita nas ruas, e sim apenas eleitoralmente, porque sabe que seus candidatos, eleitos, defenderão a política e as medidas de ataques e contrarreformas ditadas pela burguesia para garantir a governabilidade.

como se fossem os próprios objetivos da luta do sindicato. Ficou claro agora o conteúdo da traição feita em 15 de março e nas assembleias posteriores, quando a direção e a maioria da OC se negaram a assumir a aprovação da greve necessária para derrotar nas ruas os ataques e o autoritarismo de Tarcísio/Feder.

A burocracia vem transformando o sindicato em um instrumento servil aos interesses da burguesia, destruindo seu caráter de frente única para defender a cate-

goria dos ataques do governo. Assim se fortalece o governo direitista, e se enfraquecem os trabalhadores. A direção não tem interesse de derrotar a ultra direita nas ruas, e sim apenas eleitoralmente, porque sabe que seus candidatos, eleitos, defenderão a política e as medidas de ataques e contrarreformas ditadas pela burguesia para garantir a governabilidade.

A Corrente Sindical Marxista interveio no CR denunciando e mostrando as consequências da traição que levou o governo a continuar

sua ofensiva sem qualquer resistência. E defendeu, em seu boletim (junto às correntes que romperam com a OC), o programa que de fato leva aos trabalhadores a conquistarem suas reivindicações, e barrarem a ofensiva direitista e autoritária por meio da luta de classes.

O semestre se está encerrando, e o próximo será marcado pelo eleitoralismo das correntes que procuram usar as desgraças da categoria na campanha eleitoral, para chamar o voto em seus candidatos como a

única saída à grave situação que atravessam professores e professoras. Devemos denunciar o oportunismo e cretinismo democratizante, que impõe a paralisia às bases, e acaba abrindo caminho aos ataques contra os salários, empregos e direitos. Enquanto a esmagadora maioria das correntes da situação e oposição estarão convocando a votar em seus candidatos, a CSM-GL chamará a não seguir aqueles que as traíram, e lutará por organizá-las para avançar a luta pelas reivindicações. ●

• • • • •

A “recondução” da Categoria O é *instrumento de repressão e demissão* de professores contratados



O “Secretário de Plataformas” da Seduc/SP fez uma “live” cujo único propósito foi impor aos professores e professoras o objetivo do governo de estender os métodos de vigilância e de punição contra os educadores, caso não sejam cumpridas as tarefas impostas pelas plataformas virtuais. É nesse quadro que foi aprovada a chamada “recondução”, que obri-

ga a Categoria O a cumprir com as metas fixadas pelo governo por meio dessas plataformas, além de impedir-las de faltar, para serem assim “premiados” com a “recondução”, ou seja, permanecerem na mesma escola no próximo ano.

Quem avaliará se o professor ou professora contratado/a cumpre com esses absurdos será a diretora ou o diretor, além do próprio governo por meio da assiduidade no “login” nas plataformas. Para “merecer” ficar no mesmo cargo e na mesma escola, os Categoria O terão então de baixar a cabeça, aceitar o autoritarismo de aplicar os conteúdos e as tarefas das plataformas, e não faltar (por quaisquer motivos), ou correrão o risco de ficarem desempregados ou serem enviados para uma outra escola, como punição.

A “recondução”, portanto, é mais um meio, além das próprias plataformas digitais, de controlar e

reprimir o trabalho docente, mantendo, ao mesmo tempo, a precariedade do trabalho para os contratados que temem, ano após ano, a demissão. A burocracia sindical da APEOESP já demonstrou não combater as plataformas e, agora, essa política de “recondução”. Contra o governo e a burocracia, defendemos a mobilização e a greve como instrumentos para defender o conjunto da categoria, de efetivos e de contratados. ●

Imediata efetivação e estabilidade para todos os trabalhadores, contratados e efetivos, sem concurso! Reabertura de turnos e salas fechadas! Redução do número de alunos por salas! ●

FOLHETO

notas sobre o PROBLEMA EDUCATIVO

Adquira com nossos militantes!

UNIDADE CLASSISTA, COMBATIVA E INDEPENDENTE

Conselho Geral de Representantes do Sinpeem

Um balanço necessário

 Vivenciamos, no primeiro semestre deste ano, acontecimentos que expressaram, para os trabalhadores, no município, no estado e no país, tendências políticas gerais da atual conjuntura.

- 1) A greve da nossa categoria evidenciou as tendências gerais de luta presentes entre os assalariados, e que correspondem às respostas necessárias a serem dadas aos ataques que a burguesia e seus governos despejam sobre as massas, para preservarem seus lucros e interesses diante da crise geral do capitalismo.
- 2) A política da direção sindical, com apoio da maior parte da oposição, foi a desviar essas tendências de luta e a própria greve para o campo das pressões parlamentares, canalizando a luta grevista para as instituições burguesas. No campo próprio da burguesia que se direitiza e ataca as condições de vida e trabalho das massas, as greves são levadas à derrota, como acaba de acontecer com a greve das universidades federais.
- 3) A essência da atual política das direções sindicais é apostar tudo na disputa eleitoral. Sob o pretexto de combate à extrema direita, ao “fascismo”, se negam as reivindicações e os métodos da luta de classes, e se busca obter apoio eleitoral de setores reacionários, bolsonaristas, etc. Ao bloquear a luta de classes ou desviá-la para as instituições burguesas, deixa o caminho livre aos governantes direitistas para prosseguirem com medidas de ataques de todo tipo, fortalecendo a mesma extrema direita que se diz combater. É o que vemos ocorrer com os

professores no Estado de São Paulo, onde as direções se negam a organizar o movimento grevista, e o governo burguês de extrema direita de Tarcísio vai impondo medidas reacionárias quase que semanalmente.

- 4) O apoio das direções, aberto ou velado, ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin impede que se organizem movimentos de luta em defesa das condições de vida e trabalho dos assalariados e de suas famílias. Essa centralização política do governo sobre as organizações de massas preserva a burguesia e seu governo das pressões das massas em movimento. Assim, as disputas ao redor da política econômica, dos costumes, da maior ou menor destruição do meio ambiente, etc. se resolvem pelas disputas entre as frações burguesas no interior das suas instituições próprias, da democracia burguesa deformada e decomposta. O resultado sempre recai na forma de penalizações sobre os assalariados.

No município de São Paulo, o prefeito bolsonarista tem as mãos livres para impor suas medidas. A extrema direita se fortalece, sem que tenha de enfrentar as lutas das massas, contidas pelas direções. Estas estão cada vez mais preocupadas com a performance de seus candidatos, todos eles apresentados como defensores da educação e das reivindicações dos trabalhadores. Afirmamos que não existe real defesa da educação e dos trabalhadores que não seja feita por suas próprias mãos, por meio da luta de classes. Todos aqueles que subordinam ou negam abertamente a luta de classes em de-

trimento das disputas eleitorais estão cumprindo um papel de fortalecimento das tendências direitistas da burguesia e de seus governos.

Um conselho de representantes deveria, então, partir de um balanço do que tem sido o semestre, e preparar e organizar a luta nas ruas contra as medidas governamentais. É com a luta política nas ruas que se derrotará de fato a extrema direita. Em São Paulo, no nosso Estado e no país.

A extrema direita se fortalece, sem que tenha de enfrentar as lutas das massas, contidas pelas direções. Estas estão cada vez mais preocupadas com a performance de seus candidatos, todos eles apresentados como defensores da educação e das reivindicações dos trabalhadores.

E também no mundo – derrotar o imperialismo e o sionismo nas guerras na Palestina e Ucrânia é uma tarefa do proletariado mundial. Nossas lutas aqui têm implicação nos interesses do capital financeiro imperialista no mundo todo. Cada centavo que o sionismo lucra com negócios com o Brasil serve para manter o genocídio na Palestina. Todos os sindicatos e demais organizações de massas devem se empenhar para que se fortaleça o movimento pelo cessar fogo imediato e incondicional em Gaza, pela ruptura de todas as relações do Brasil com o estado sionista de Israel, e por uma Palestina Livre do Rio ao Mar! ●



10 de julho de 1991 / Yeltsin eleito presidente da Rússia

 Em 10 de julho de 1991, Boris Yeltsin tomava posse como primeiro presidente eleito da Federação da Rússia após a dissolução da URSS. Em 12 de junho de 1991, foi eleito com 57% dos votos, derrotando Nikolai Ryzhkov, candidato de Mikhail Gorbachev. Yeltsin foi membro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) desde 1960 até 1990, quando rompeu e se aproximou das frações burocráticas que almejavam tomar posse das propriedades estatais, após aprovado o programa da Perestroika.

Em 1993, Yeltsin foi alvo de um golpe de estado do Congresso dos Sovietes, mas conseguiu derrotá-lo com apoio de setores do exército e da população. Dissolvido o Congresso dos Sovietes e convocadas eleições para a formação de uma Duma, Yeltsin concentrou ao redor da presidência uma elevada centralização para promover uma violenta ofensiva de privatizações; a chamada “terapia de choque”. Porém, a brutal crise resultante do empobrecimento

das massas e da destruição de parte da propriedade nacionalizada (o PIB reduziu-se em 50%) levaria a uma revolta de parte da burocracia e da maioria da população contra Yeltsin, que fora reeleito em 1996. Yeltsin renunciou finalmente ao cargo e entregou o poder a Vladimir Putin de forma interina, que seria eleito nas próximas eleições, de 1999.

Com a vitória de Putin, assumiria o poder a fração da burocracia estalinista forjada no interior dos órgãos de segurança da ex-URSS e que bloquearia e faria retroceder as privatizações, começando uma violenta ação de centralização sobre a oligarquia burguesa (inclusive com expropriações e perseguições), e retomando o controle sobre a economia e o Estado.

A eleição de Yeltsin indicou a profunda decomposição da burocracia herdeira do estalinismo. A ascensão de Putin, por sua vez, mostrou que, apesar dessa decomposição, a burocracia não tinha como por si mesma

destruir até o final a base material que explica sua existência de casta parasitária: a propriedade nacionalizada. Ou seja, que não haveria como a restauração capitalista ser completada sem a intervenção direta do imperialismo, e a constituição de uma burguesia nacional de posse da economia e do poder do Estado, isto é, sem uma guerra civil aberta.

Após 33 anos desde a eleição de Yeltsin, verifica-se que a restauração capitalista não foi completada, e que os principais setores estratégicos (indústria, finanças, comércio exterior, terras, etc.) continuam sendo de propriedade estatal, cuja origem e base material e histórica é a propriedade nacionalizada, conquistada pelas expropriações e pelas lutas revolucionárias do proletariado. O fortalecimento da burocracia liderada por Putin demonstrou objetivamente sua existência, apesar do retrocesso dos anos 1991-1996, revertido pela reação de uma fração da burocracia contra sua destruição como casta. ●

26 de julho de 1953 Assalto ao Quartel Moncada¹

 Em 26 de julho de 1953, um grupo da juventude do Partido Ortodoxo, liderados por Fidel Castro, assaltou o Quartel Moncada, regimento militar localizado em Santiago de Cuba, convencido de que ação armada iria impulsionar a ação das massas pela derrubada da ditadura de Fulgencio Batista. Na ação e depois dela, tombaram 61 combatentes (fuzilados). Fidel Castro foi preso e condenado a 15 anos de cárcere, junto a outros 57 com condenações entre 13 e 17 anos. No tribunal, realizaria uma potente defesa política de suas decisões e ações (“A história me absolverá”), defendendo o direito dos povos a fazerem a revolução e lutarem pela sua liberdade.

Apesar de fracassar em seus objetivos imediatos, o assalto acendeu a luta revolucionária do povo cubano. A formação do Movimento 26 de Julho, que começou a guerrilha nas profundezas de Sierra Maestra, em 1957, acabaria com a vitória do movimento guerrilheiro em janeiro de 1959. Com a instauração do governo revolucionário apoiado nas massas armadas, e sob as pressões das tendências revolucionárias que se espalhavam por todo o mundo, os choques com o imperialismo e a necessidade de defender as conquistas revolucionárias contra esse, o governo revolucionário impulsionou a nacionalização dos grandes meios da produção e da terra, o monopólio do comércio exterior e a revolução agrária. Da evolução da revolução democrática em socialista, conquistando a independência e soberania nacionais, se instaurou o primeiro Estado Operário do continente, muito perto dos EUA.



As conquistas revolucionárias das massas cubanas são parte das vitórias e conquistas do proletariado mundial, que abriram caminho à transição ao socialismo, iniciado com a Revolução proletária de Outubro de 1917. E constam das tradições e das lições que fundamentam o programa da revolução e ditadura proletárias da América Latina e do PPRI. Defendemos suas conquistas (propriedade nacionalizada, revolução agrária, monopólio do comércio exterior, planificação da economia nacional, etc.) contra a degenerescência estalinista da direção guerrilheira, e contra o imperialismo que procura destruí-las para restaurar o capitalismo, apoiando-nos no programa e nos métodos da revolução política. ●

1. Redigido e atualizado sobre a base do OI nº 6, de agosto de 2023

Assassinatos de César Lora e Isaac Camacho

 29 DE JULHO DE 1965 - CÉSAR LORA É ASSASSINADO

César Lora nasceu em 15 de agosto de 1927, e foi assassinado em 29 de julho de 1965, em Sacana (San Pedro de Buena Vista), quando, acompanhado de Isaac Camacho, se dirigia à Siglo XX, para realizar assembleias clandestinas de operários mineiros. Líder sindical e político mineiro, chegou à direção da Federação dos Sindicatos dos Mineiros da Bolívia (FSTMB), e do POR. Ele começou sua trajetória lutando em favor dos camponeses, e, por algum tempo, foi atraído pelo nacionalismo. Participou da rebelião militar contra o alto comando do exército, quando cumpria o serviço militar, e foi punido em Curahuara de Carangas; depois, foi transferido para o Panóptico de La Paz. Sofreu a poderosa influência das “Teses de Pulacayo”, e começou a trabalhar como operário na Companhia Catavi, da Companhia Patiño, onde rapidamente se destacou como dirigente mineiro, na oposição ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), e como porta-voz do trotskismo. Lutou sistematicamente contra a burocracia sindical, e levou a linha revolucionária aos congressos mineiros e operários. Dentro do POR, assumiu as posições da ortodoxia bolchevique, e lutou contra todas as formas de revisionismo e reformismo. Fez parte do grupo duro, e manteve-se fiel à sua bandeira em todas as divisões. Conseguiu subir a grandes alturas políticas e teóricas. Ele lutou contra os governos movimentistas (MNR) em nome das “Teses de Pulacayo”, particularmente contra o direitista Siles, e o governo militar de Barrientos-Ovando. Promoveu a organização de sindicatos clandestinos, para lutar contra os gorilas. Constituiu, junto com Camacho, a cúpula máxima do movimento operário. Um volume de seus escritos foi publicado. Tornou-se um importante orador dentro do sindicalismo. O IV Congresso da COB e da Assembleia Popular o declararam mártir da revolução boliviana.

29 DE JULHO DE 1965 - ISSAC CAMACHO É DESAPARECIDO PELA DITADURA

Isaac Camacho nasceu em Llallagua, e foi assassinado em 1967, nas masmorras do Ministério do Governo.

Dirigente sindical e militante político trotskista. Ele fez seus estudos secundários no Instituto Americano. Permaneceu em La Paz, dedicado à boemia, cidade onde se conectou pela primeira vez com o POR. Inesperadamente, mudou-se para o distrito mineiro de Siglo XX, onde foi contratado para trabalhar nada menos do que no mortífero Block-Caving, recusando-se a aproveitar a sua bagagem cultural; a partir desse momento, foi um militante revolucionário exemplar, e porta-voz dos interesses da classe operária. Amigo inseparável e camarada de César Lora, demonstrou grande habilidade na tarefa de angariar contatos e simpatizantes. Em 1965 (ditadura do General Barrientos), acompanhava César Lora na organização de sindicatos clandestinos, nas estradas desertas de San Pedro de Buena Vista, quando foi assassinado. A polícia o submeteu a uma perseguição feroz. Em setembro de 1965, foi preso, levado ao

campo de concentração de Alto Madidi, e finalmente encarcerado no Panóptico Nacional. Foi solto por pouco tempo, que aproveitou para ir às minas e formar os trabalhadores. Em assembleia realizada no nível 411, dentro da mina Siglo XX, em 26 de julho, foi eleito líder da FSTMB, oportunidade em que foi repudiado o oportunista Irineo Pimentel. Ele conseguiu sobreviver ao “Massacre de San Juan”. Ele foi preso nos arredores de Llallagua, em 29 de julho de 1967, levado para La Paz, onde desapareceu para sempre. Antonio Arguedas, agente duplo, e na época Ministro do Governo, deu uma falsa pista: disse que no dia 9 de agosto foi embarcado para a Argentina. ●

(Reproduzido de G. Lora, “Dicionário Histórico, Político e Social”)

1. Redigido e atualizado sobre a base do texto do OI nº 6, e agosto de 2023

19 de julho de 1979

Vitória da Revolução Sandinista¹

Em 19 de julho de 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) derrota a ditadura de Anastasio Somoza e impõe a segunda revolução vitoriosa da América Latina contra os EUA.

Tratou-se de mais um passo do ascenso revolucionário das massas desde a revolução proletária de 1917, e que se estendeu por toda América Latina. A Revolução nicaraguense foi um produto direto das conquistas e experiências da Revolução Cubana. E como essa sofreria o refluxo operado na luta revolucionária nos anos que se seguiram. O FSLN acabaria realizando acordos de governabilidade junto da burguesia para manter parte de sua cúpula burocratizada no poder, abrindo assim o caminho à contrarrevolução, como fez o estalinismo na URSS, para defender suas vantagens da posse do poder.

A degenerescência política de parte da cúpula guerrilheira e a brutal repressão interna contra ex-comandantes guerrilheiros e altos cargos do governo revolucionário, que se rebelaram contra a reação surgida no interior do FSLN, expressou a ausência de uma direção revolucionária no processo da luta, e logo após de consolidada a vitória revolucionária, reflexo da crise de direção revolucionária mundial e da decomposição centrífuga de amplos setores da vanguarda. De forma que não houve como impulsionar e desenvolver a transição da revolução democrática conquistada em socialista.

No país convivem hoje a grande propriedade privada e a burguesia como classe, junto da propriedade nacionalizada de setores da economia e das terras. Ou seja, deixaram-se em pé as bases materiais e sociais sobre as quais se apoia a contrarrevolução, que se projeta para a destruição das conquistas revolucionárias das massas. É pela defesa dessas conquistas e sob o objetivo da derrubada revolucionária da direção “guerrilheira” que as massas estão obrigadas a avançar na sua independência de classe e construir seu partido revolucionário. Essa tarefa é parte da luta das massas mundiais pela defesa das conquistas revolucionárias em Cuba, na China e na Rússia, contra suas burocracias reacionárias. ●

1. Atualizado sobre a base do texto do OI nº 6, de agosto de 2023

A direitização da burguesia exige do proletariado e demais oprimidos erguer a luta de classes

 As eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia Nacional na França expressaram um mesmo fenômeno comum, que teve como marca a eleição de Trump, em 2018, vem desenvolvendo-se e ganhando escala mundial, e maior força social: a direitização da burguesia como classe em seu conjunto.

O reacionarismo burguês tem por fundamento material a desagregação do capitalismo, que impede que os capitalistas possam conceder ou sequer prometer qualquer melhoria nas condições de vida das massas. Uma época de violentas contrarreformas se deflagrou, com o estopim da crise mundial em 2008/2009. O esgotamento da divisão mundial do trabalho e das esferas de influência sob domínio imperialista foi sendo desnudado e colocado abaixo, pela fortaleza econômica e projeção mundial da China e da Rússia.

As relações antagônicas entre os estados capitalistas e operários degenerados não podem ser resolvidas pelas combinações diplomáticas, barreiras alfandegárias, mecanismos fiscais e monetários. E, quanto mais se aprofundam, mais transformam a política exterior monopolista em intervencionismo bélico contra a China e a Rússia. O imperialismo é empurrado o tempo todo pelas leis objetivas da desagregação capitalista para que resolva suas contradições destruindo as economias nacionalizadas pelas revoluções, e por isso precisa derrubar as burocracias que resistem a abandonar seu parasitismo sobre a economia estatizada. É a destruição dos estados operários degenerados e de suas bases econômicas, conquistadas pelas revoluções proletárias, que permitirá os capitalistas, na base da reconstrução, equacionar conjunturalmente suas contradições, e criar artificialmente uma recomposição das forças produtivas e sobrevivência

das relações de produção e de propriedade, que destroem a riqueza social, e a força de trabalho que a produz em larga escala.

Momentaneamente, as tendências bélicas que decorrem dessa dinâmica e leis econômicas puderam ser contidas e atenuadas pela intervenção dos estados e medidas diplomáticas, fiscais e monetárias. Mas, não há como assegurar seu desenvolvimento sem arrastar ainda mais para o buraco o regime burguês, e desagregar ainda mais as relações econômicas e sociais capitalistas. Na política interna, a burguesia em seu conjunto caminha para o reacionarismo de direita, aplicando sucessivas contrarreformas, que esfolam o couro dos assalariados para manter os lucros parasitários dos capitalistas. O que periodicamente produz revoltas e levantes defensivos das massas, para manterem seus direitos e condições de vida. O aparelhamento dos estados policiais e a cotidiana repressão se tornam métodos corriqueiros dos governos (desde a esquerda até a ultradireita), para garantir os negócios da burguesia. A democracia se decompõe seguindo essa tendência, e torna-se impotente para equacionar e conter minimamente os choques sociais. A centralização autoritária e medidas ditatoriais projetam a militarização das relações entre as classes, e acabam penetrando todas as esferas da vida civil e econômica. E acaba elevando ao poder do estado os partidos e programas fascitizantes.

A eleição de Trump e o agravamento da guerra comercial contra o estado operário degenerado chinês – que viria a se constituir com a passagem do tempo na principal força econômica e industrial do mundo – indicou o marco da mudança das relações políticas e estatais, ao acirrar o choque entre o desenvolvimento das forças produtivas nacionalizadas e as forças produtivas privadas capitalistas em decadência. A China

“
• • •
A eleição de Trump e o agravamento da guerra comercial contra o estado operário degenerado chinês – que viria a se constituir com a passagem do tempo na principal força econômica e industrial do mundo – indicou o marco da mudança das relações políticas e estatais, ao acirrar o choque entre o desenvolvimento das forças produtivas nacionalizadas e as forças produtivas privadas capitalistas em decadência. A China avançou até se converter na principal fonte de criação de riquezas e valor no comércio mundial, enquanto os EUA, Inglaterra, Alemanha, França e Japão retrocediam.

avançou até se converter na principal fonte de criação de riquezas e valor no comércio mundial, enquanto os EUA, Inglaterra, Alemanha, França e Japão retrocediam.

Ainda que o nacionalismo imperialista adquirisse sua primeira forma política mais precisa nos EUA, por meio de Donald Trump, logo se refletiria em todos os países do mundo. A chegada ao poder dos EUA da ultra direita reacionária indicou o curso mais geral que se adotaria nos países semicolonais e capitalistas desenvolvidos. Os governos Bolsonaro, Orbán, Bukele, Milei, Meloni, Netanyahu, dentre tantos outros, são manifestações nacionais dessa tendência de reacionarismo burguês e direitização fascitizante da política burguesa mundial. Esses governos não chegam

“ (...) a ultradireita não é um fenômeno restrito, mas geral, que expressa a decomposição da economia capitalista e da burguesia como classe.



ao poder por meio de rupturas das instituições democráticas, e sim se apoiando nelas e nas combinações e negociações parlamentares. Sem nenhuma dúvida, a formação do atual governo de Benjamin Netanyahu foi o ponto mais alto dessa direitização burguesa mundial.

A ultra direita racista, colonialista e terrorista tomava posse de um estado estruturado de fora para dentro para servir de enclave e base de manobras ao imperialismo. Para continuar a limpeza étnica e genocídio palestino, precisou destruir os alicerces da divisão republicana de poderes e centralizar ditatorialmente o aparelho militar sionista, para a nova fase do extermínio e colonização na Palestina. A Reforma Judicial foi parte desse percurso. Do seio da democracia israelense, propagandeada como a única da região e a mais progressiva das democracias “ocidentais”, surgia um governo preparado e apoiado pelas frações sionistas, de esquerda e direita, para massacrar, roubar terras e continuar a colonização militar da nação oprimida, em uma escala até então insuspeitada.

Isso se passa enquanto a democracia formal – cada vez mais farsesca – funciona como cortina de fumaça para desviar as massas da luta de classes, e corromper politicamente suas direções. A contradição, aparentemente paradoxal, da democracia ser o veículo do fortalecimento da ultra direita reacionária e antidemocrática,

resolve-se na prática com a violência repressiva e a vigilância policial exercida sobre as massas nas fábricas, nos campos, nas minas e em todos os âmbitos da economia e da vida social e civil. É em nome da democracia que se declarou a guerra contra Rússia, se massacram palestinos, e se prepara a escalada bélica contra China e Coreia do Norte.

A importância do processo eleitoral na Europa que deu a vitória à ultradireita no Parlamento Europeu (ainda que dividida em inúmeras legendas e partidos nacionais), e no primeiro turno na França, se combina com o avanço da ultradireita espanhola e a eleição da fascista Meloni na Itália, à eleição de Bolsonaro e Milei, dentre tantos outros exemplos, mostrando que a ultradireita não é um fenômeno restrito, mas geral, que expressa a decomposição da economia capitalista e da burguesia como classe. Não há, em nenhum país do mundo, uma fração progressiva da burguesia, de forma que até os governos ditos “democráticos e populares” nos diversos países se direitizam, sob os impactos da crise capitalista e as imposições do grande capital monopolista, e apoiam a guerra travada pelo imperialismo contra Rússia, ou então continuam financiando o holocausto palestino (com exceção de alguns poucos países).

A tendência geral de barbárie, centralização autoritária e violência social em larga escala não será debelada no campo da democracia burguesa, e

sim no da luta de classes. Toda e qualquer subordinação eleitoral e toda e qualquer ação as direções que procuram abafar as tendências de luta da massas em benefício de combinações eleitorais, quando existem condições objetivas para a unificação mundial das lutas dos explorados para derrotar, imediatamente, o sionismo e imperialismo; ou que acabem ajudando o objetivo imperialista da derrota da Rússia e China, que leve à destruição das conquistas revolucionárias do proletariado, é uma traição, e contribui para reforçar as tendências fascinizantes que se nutrem da sobrevivência da decomposição econômica e social capitalista. Sem destruir o regime burguês a partir dessas bases, travando uma guerra civil contra a própria burguesia em cada país, e assim abrindo caminho para a transição ao socialismo sobre a base da propriedade estatizada, não haverá como bloquear a direitização da burguesia e as tendências bélicas, que afundarão as massas na barbárie social. ●

FOLHETO NOVO!

COMO É (DE FATO) RUSSIA HOJE

A **economia nacionalizada** mantém as bases sociais e econômicas do **Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária**

Adquira com nossos militantes!

| **Bolívia**

Tentativa frustrada de golpe de estado acaba favorecendo a ***centralização política do governo Arce*** e reforça ilusões democráticas



“ A aventura militar deixou claro que a suposta tentativa de golpe pretendia impedir que, qualquer que fosse o eleito no ano que vem, não fosse ninguém do MAS, mas sim da oposição direitista. ”

No dia 26/06/2024, durante três horas, um setor do exército a mando do General Juan José Zúñiga cercou a sede do governo boliviano, ameaçando um golpe de estado para depor o governo de Luis Arce. Unidades blindadas, militares e Policia Militar (PM) do exército fecharam o acesso à Praça Murillo, na cidade de La Paz, onde está situado o Palácio Quemado. Em declarações, Zúñiga disse que o objetivo era destituir o governo e colocar em seu lugar um novo “gabinete”, escolhido por fora da fração “masista” liderada pelo presidente, e também da oposição interna, liderada por Evo Morales. Exigiu ainda a imediata libertação do ultradireitista Camacho e da ex-presidente Yanina Añez, que estiveram à frente do governo provisório,

após a renúncia de Morales, em 2019. No dia anterior à aventura golpista, Zúñiga tinha sido “afastado”, por se manifestar pelo impedimento da candidatura de Evo Morales nas próximas eleições, de 2025.

O imperialismo estadunidense não deu nenhuma indicação de que apoiava a aventura golpista. Mas também só se manifestou condenando o golpe depois de 29 horas. É possível que tenha aguardado para ver o desfecho da empreitada, para somente depois se posicionar. Uma mudança de governo, passando-o para as mãos de seus apoiadores mais fiéis, não seria de seu total desagrado. Não existe golpe bem-sucedido no continente em que os EUA não estejam metidos em sua preparação e organização. Mas Arce não pode ser chamado

de “obstáculo” às políticas ditadas de Washington. Os governos reformistas ou de tinturas nacionalistas estão hoje todos, sem exceção, agindo para sustentar o parasitismo financeiro e aumentar a supereexploração do trabalho, cortando salários, empregos e direitos. A crise econômica os pressiona, por conta da insatisfação crescente das massas e maior divisão interburguesa. A direitização crescente das burguesias nacionais garante o fortalecimento de suas políticas antinacionais e antipopulares por dentro da democracia burguesa, sempre deformada e em decomposição. Enquanto a democracia burguesa serve para impor as medidas ditadas pelo imperialismo e burguesia nacional, ela é o instrumento preferencial dos exploradores.

A aventura militar deixou claro que a suposta tentativa de golpe pretendia impedir que, qualquer que fosse o eleito no ano que vem, não fosse ninguém do MAS, mas sim da oposição direitista. Em 2019, os EUA apoiaram as movimentações dos setores fascinizantes e direitistas que cavalgaram sobre a massiva rejeição popular ao golpe eleitoral de Evo Morales, que, não podendo constitucionalmente concorrer a um novo mandato, apoiou-se na Justiça Eleitoral aliada para se perpetuar no poder. Sem a direção revolucionária organizando a revolta operária e popular, a direita conseguiu se impor, graças à renúncia de toda a linha de sucessão do MAS e com o apoio do alto comando militar e policial, para desviar a luta das massas e garantir o governo transitório direitista de Añez.

O principal problema colocado às massas bolivianas é que o fracasso da aventura militar não se deveu a sua intervenção revolucionária. O “reforço da democracia”, portanto, levará à centralização política e mais ataques contra suas condições de vida e trabalho.

Zúñiga não conseguiu o apoio de comandos e guarnições militares que estavam “aquarteladas”. Enquanto o general fazia suas declarações e a PM reprimia os populares que se aproximavam para se manifestarem contrários à tentativa de golpe, Arce nomeava novos chefes do exército, marinha armada e aeronáutica na casa de governo sitiada pelos pretensos golpistas. Recém-empossado, o novo chefe do exército ordenou que Zúñiga e suas tropas se retirassesem. Enquanto isso, governos latino-americanos condenavam o golpe. Com a afluência das massas à Praça, e sem qualquer apoio explícito das FFAA e no exterior, Zúñiga recuou. Na noite do mesmo dia, foi preso. Abriu-se um processo penal contra ele e dezenas de oficiais militares, por atentado contra o “estado de direito”. O decorrer de horas entre a tentativa de golpe militar e a detenção dos ex-cheques do exército e da marinha indicou o quanto o golpe estava isolado, tanto perante a po-

pulação, quanto de explícito apoio militar e político.

O golpe mostrou muito de improviso, e foi impulsionado por um general incapaz de ganhar os comandantes militares para impor um novo governo. Certamente, não contava com a organização e apoio dos EUA. Os EUA passaram do sustento a Evo Morales ao apoio a direita e ultradireita em 2019, quando já não havia mais como mantê-lo no poder, visando a garantir seus interesses, como, por exemplo, a exploração das jazidas de lítio (Bolívia possui a maior reserva mundial, com 24% do total), e melhorar a posição mundial das indústrias capitalistas que concorrem com a China, que investe pesadamente nos continentes africano e latino-americano, e inunda os mercados com seus produtos, com mais tecnologia e menor custo. A crise do governo reacionário que caiu de paraquedas no poder, e a persistência do apoio popular ao reformismo masista, reconduziram o MAS ao poder, terminando Camacho e Añez presos. Esse percurso político foi acompanhado da crescente influência econômica da China e Rússia, injetando bilhões e bilhões de dólares nas economias nacionais da América Latina, enquanto EUA e aliados retrocedem, impossibilitados de “concorrer”, pela desagregação de suas economias nacionais.

Arce foi convidado de “honra” na reunião dos BRICS na Rússia, no mês passado. Assinaram-se acordos comerciais muito favoráveis ao governo russo, que somam-se aos assinados com a China, em troca de bilionários investimentos em tecnologia médica, desenvolvimento de usinas

nucleares e industrialização da exploração das reservas bolivianas de lítio. No Peru, a China fez um investimento bilionário na construção de um porto moderno e gigantesco para exportações desse mineral – e outros minérios e mercadorias – que se integrarão na “Rota da Seda” chinesa, resultando em elevados lucros a setores das burguesias boliviana e peruana, bem como grande arrecadação de impostos aos governos. O que, em última instância, reforça as posições das burocracias e economias russa e chinesa perante os EUA.

Esses interesses estão na base dos choques entre as potências capitalistas e Estados Operários degenerados. E explicam porque a embaixada norte-americana na Bolívia ficou calada durante as três horas em que o golpe estava tentando se erguer. A ausência de apoio militar explícito ao golpe se deve também a essas condições. China e Rússia garantem investimentos que revertem em aumento dos orçamentos e, portanto, em maiores benesses para os mandos militares e capacidades técnico-militares das forças armadas. Mas, também reflete a profunda crise em que se debatem os EUA, onde estão por acontecer as eleições. A Central Obrera Boliviana/COB, as organizações camponesas e milhares de populares condenaram o golpe e se colocaram à disposição de enfrentá-lo nas ruas para defender a “democracia”. As duas frações do MAS (que se digladiam pelo poder) convocaram que se enfrentasse o golpe, embora seus objetivos políticos sejam eleitoralmente diferentes: Morales quer garantir sua eleição e Arce sua reeleição. Entre-

tanto, confluem na prática em impedir a volta ao poder da direita e ultradireita, o que levaria a retirar das instituições a burocracia estatal forjada no parasitismo do estado sob os governos de Morales e Arce.

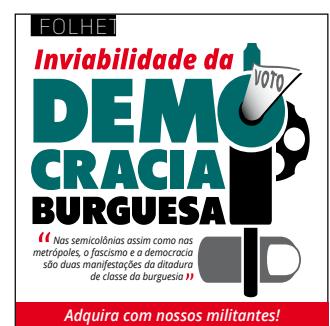
O principal problema colocado às massas bolivianas é que o fracasso da aventura militar não se deveu a sua intervenção revolucionária. O “reforço da democracia”, portanto, levará à centralização política e mais ataques contra suas condições de vida e trabalho. Está aí expressa a tragédia da ausência de sua direção revolucionária mundial, que seja capaz de impulsivar sua luta independente e aproveitar as crises dos governos para desenvolver a luta por seu próprio poder. A luta das massas passa pela defesa de suas reivindicações por meio da unidade nacional sob um programa comum contra os governos e a burguesia.

O caminho revolucionário percorrido pelo POR dos tempos de G. Lora deve ser retomado para tornar consciente o instinto político revolucionário do proletariado e das massas. ●

FOLHETO NOVO!

PARA ONDE
marxismo >> revisionismo
VAI O CERQUI

Adquira com nossos milititantes!



Adquira com nossos militantes!

SOBRE AS ELEIÇÕES AO PARLAMENTO EUROPEU

A ultradireita cresce em meio à desagregação da Europa

A partir das reivindicações e com os métodos da luta de classes, é preciso combater a burguesia que se direitiza e seus governos

Conservadores, liberais, social-democratas e “verdes” obtiveram 63% dos votos nas eleições para o Parlamento Europeu: um retrocesso de 10%, em relação às últimas eleições. Sua vitória foi garantida pela votação nos países econômica e demograficamente “pequenos”, que são maioria na União Europeia (UE). Na França, Itália e Alemanha, cresceram os partidos ultradireitistas. Apenas os partidos “conservadores” de direita (social-cristãos) mantiveram quase que inalterados seus resultados eleitorais.

Na França, o Reagrupamento Nacional (RN) se colocou na primeira posição, conquistando 32% dos votos (30 deputados), dobrando os obtidos tanto por liberais quanto por “socialistas”. Na Alemanha, Alternativa para Alemanha/AfD ficou em segundo lugar, com 15 deputados, atrás dos conservadores, e superando a coalizão de governo do chanceler Scholz (14 deputados). Na Itália, o “Irmãos da Itália” conquistou 24 deputados (28,8%), ficando à frente do Partido Democrático/PD (24,1%). Na Polônia, Hungria e Áustria, se consolidaram os partidos nacional-chauvinistas. Na Bélgica, também ganhou a direita reacionária, o que levou o primeiro-ministro a renunciar. Na contramão dessa tendência, na Finlândia, Dinamarca e Suécia, ganharam terreno, os partidos socialistas e ex-comunistas. A apatia, perante uma eleição que não modifica em nada as condições de vida das massas oprimidas da Europa, e não resolve seus problemas, se expressou – espontânea e inconscientemente – no elevado abstencionismo, que chegou a 49%.

A derrota de liberais, republicanos e socialistas na França levou o presidente francês, Emanuel Macron, a dissolver a Assembleia Nacional (onde

não conta com maioria), e a convocar novas eleições para o dia 30 de junho. A manobra poderá acabar sendo um tiro no pé de Macron, uma vez que o RN poderá sair vencedor do pleito eleitoral, caso mantenha os índices eleitorais e consiga costurar uma aliança com setores dos partidos direitistas. A esse objetivo se orienta Marine Le Pen, presidente do RN. Sucedem-se reuniões com os representantes e diretores dos principais monopólios das finanças, do comércio e da indústria francesa, para convencê-los a apoiar o RN. O RN lhes oferece o mesmo plano de governo aplicado por Macron: manter o congelamento de salários, ampliar a redução de contribuições patronais, rejeitar estabelecer preços mínimos para produtos agrícolas, não ampliar a legislação “verde”; ou seja, garantir seus elevados lucros, à custa do empobrecimento da população. Esse “plano” de governo ajudaria o RN a se aproximar da eleição para o governo, mas o colocaria em choque com os setores dos assalariados e dos agricultores que apoiam o partido ultradireitista, precisamente porque prometia-lhes manter direitos e salários e condições para manter os negócios da pequena burguesia rural.

É muito provável que a AfD obtenha importantes vitórias no Leste da Alemanha, nas próximas eleições gerais. Sua projeção se deve ao retrocesso industrial do país, o aumento dos preços dos produtos de consumo, a inflação acelerada e o crescimento da imigração, que começa a se refletir no desespero de setores do proletariado, diante da concorrência de mão-de-obra mais barata, e da pequena burguesia, que aponta para os volumosos subsídios sociais, que desviam recursos que deveriam ser voltados a garantir as condições de vida da população nacional.



AfD cresce à custa da aliança do governo (social-democratas, “verdes” e liberais), e do profundo descontentamento com o governo de Scholz. Se a crise persistir, é questão de tempo para que a AfD repita o feito do RN na França.

A crise, aberta pela derrota dos partidos da situação e pelo ascenso da ultradireita, ameaça agravar os problemas dos governos da França e da Alemanha. Da estabilidade política desses dois países depende em grande parte o futuro da União Europeia. É por isso que o avanço da ultradireita tem assombrado os partidos socialistas, socialdemocratas e até setores da esquerda revisionista. Começa-se a ouvir na França chamados para formar uma grande “frente popular”, para barrar a vitória do RN. Entretanto, a alta da luta de classes e a profunda desagregação econômica nas potências econômicas da Europa trabalha em favor da ultradireita, ou então acelerará a virada direitista dos governos liberais e socialdemocratas, obrigando seus governos a se direitizarem ainda mais, para se manterem no poder.

Diante do curso da crise e da projeção do intervencionismo bélico dos governos da Europa na guerra da Ucrânia, e sua cumplicidade no genocídio em Gaza, tudo para garantir os lucros monopolistas e do capital financeiro, tas massas são levadas a romper e a se chocar com os governos social-democratas e liberais. Diante da ausência de uma direção revolucionária capaz de dirigir a luta das massas sob um programa de luta de classes e de independência política de classe, a ultradireita e a guinada reacionária da direita “democrática” se fortalecem. A maior confluência entre a direita “conservadora” e a “liberal” com os partidos ultradireitistas corresponde aos objetivos e mé-

todos traçados pela burguesia européia em meio à decomposição da economia no continente e, particularmente, a suas projeções bélicas.

É por isso que os chamados a construir uma “frente popular” exigiriam mais que um ponto de apoio firme nos sindicatos (não apenas nas suas cúpulas), e sim fundamentalmente em uma fração da “burguesia democrática”. Mas, a esmagadora maioria dos governos ditos “democráticos” e seus partidos apoiam e financiam a guerra da Ucrânia, manifestam sua conivência com os grupos nazifascistas ucranianos, e apoiam e financiam o genocídio na Palestina, para garantir os lucros da indústria militar, compensando a desagregação industrial, o estreitamento dos mercados e a perda de “competitividade” diante da China. Vem destruindo direitos, avança na precarização trabalhista e impõe um retrocesso às aposentadorias para, dessa forma, retirar, dos bolsos dos assalariados, montantes de recursos para a indústria de guerra e para o parasitismo financeiro. Os governos “democráticos” recorrem a medidas ditatoriais (a exemplo de Macron), para impor as imposições dos monopólios, assim como a ultradireita recorre atualmente à roupagem democrática para se projetar. À guinada da burguesia para apoiar um governo abertamente fascizizante, bastaria integrar os social-democratas e liberais como oposição tolerada, do mesmo modo que a ultradireita é tolerada e integrada hoje como oposição dos governos democratas, conservadores ou liberais.

A bancarrota da pretensão de unidade capitalista da Europa, segue, com seus ritmos e formas particulares, à decomposição da democracia parlamentarista em todos os países do continente, especialmente nas potências imperialistas. A direitização e a fascização dos governos é um resultado da desagregação do capitalismo. Por isso, se antes o capital financeiro e industrial era relutante em recorrer a um governo de feições fascizizantes, o curso da crise aproxima cada vez mais a própria burguesia dessa necessidade. As conversas entre empresários e o RN na França são um reflexo dessa mudança, ainda que não ainda desenvolvida. O avanço da ultradireita

por meio e através de mecanismos democrático-parlamentares não é uma particularidade de hoje. Verifica-se um curso histórico semelhante ao ocorrido na pré-segunda guerra mundial, com o ascenso do nazismo e fascismo. Isto enquanto crescem, ainda mais agora, os gastos militares e o intervencionismo militar das potências, para garantir os negócios capitalistas; enquanto as massas são sacrificadas em nome de seus lucros, e se impõe a destruição maciça de forças produtivas, objetivo voltado especialmente à economia nacionalizada pelas revoluções proletárias, para dar sobrevida ao capitalismo moribundo.

Claro que um avanço da ultradireita não seria tranquilo e pacífico para a burguesia, e teria um efeito imediato na luta de classes. Observa-se por toda Europa uma alta dos movimentos operários e populares contra as políticas de arrocho, de ataque e de financiamento das carnificinas na Ucrânia e na Palestina. Uma possível ascensão de regimes fascizizantes traria também o perigo de uma explosão da luta de classes em escala continental. O maior perigo que enfrentam as massas exploradas e oprimidas da Europa na atual conjuntura é que esse percurso histórico aconteceria no momento de completa ausência de sua direção revolucionária mundial e de total subordinação de suas direções sindicais e dos partidos às frentes amplas burguesas, em nome de “derrotar a ultradireita”.

A união capitalista da Europa desmorona econômica e socialmente, e arrasta para o buraco suas formas democráticas de governo. Não é possível ao proletariado e demais assalariados derrotarem as tendências fascizizantes, chauvinistas e xenófobas no quadro das instituições burguesas e da democracia formal. Assim como não mais é possível defender os direitos conquistados por meio da democracia burguesa, cada vez mais estreita e cada vez mais usada de meio para impor as medidas de ataques às massas, e melhorar as condições de vida no marco da economia capitalista em decomposição. Somente será possível barrar a brutal ofensiva da burguesia imperialista contra as condições de vida e trabalho, e derrotar suas manifestações políticas mais reacionárias, desenvolvendo a luta de classes (...)

“
Assim como não mais é possível defender os direitos conquistados por meio da democracia burguesa, cada vez mais estreita e cada vez mais usada de meio para impor as medidas de ataques às massas, e melhorar as condições de vida no marco da economia capitalista em decomposição. Somente será possível barrar a brutal ofensiva da burguesia imperialista contra as condições de vida e trabalho, e derrotar suas manifestações políticas mais reacionárias, desenvolvendo a luta de classes (...)

vendo a luta de classes, conquistando a independência política, e dando passos na luta pela derrubada revolucionária da burguesia. As atuais tendências da luta de classes são favoráveis ao objetivo de avançar por esse caminho. Mas, isso exige que se ergam as bandeiras e as reivindicações imediatas que favorecem a derrota da burguesia e da ultradireita em todos os países, e do imperialismo no mundo todo. A partir desses passos, será possível erguer as bases iniciais da luta estratégica do proletariado, para colocar o continente no caminho da transição ao socialismo, sob a forma dos Estados Unidos Socialistas da Europa. ●

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!

Francesa – ultradireita sai à frente nas eleições.

Ilusão de derrotar a ultradireita nas eleições leva à prostração e submissão das massas à burguesia direitista

 O Reagrupamento Nacional (RN), partido ultradireitista dirigido por Marine Le Pen, venceu o primeiro turno das eleições legislativas convocadas pelo presidente Macron, após este ter decidido a dissolução da Assembleia Nacional, perante a esmagadora derrota eleitoral de *Ensemble* (Juntos pela República) e os partidos direitistas e liberais para o Parlamento Europeu. RN obteve 34% dos votos; a Nova Frente Popular (NFP), 29%; e o *Ensemble*, com 21%. Liberais e republicanos juntos obtiveram ao redor de 12% dos votos. Lamentável foi a votação do Novo Partido Anticapitalista (NPA), que obteve míseros 0,2%. Haverá segundo turno no dia 20/07, que acontecerá entre os candidatos que obtiveram mais de 12,5% nas regiões, e será marcado pela feroz ofensiva na disputa pelos eleitores dos partidos derrotados. Já há renúncia de pelo menos 180 candidatos em favor da derrota da extrema direita no país. O que concretiza uma aliança da NFP com os governistas de Macron.



• • •

A vitória do RN é produto da direitização geral da burguesia, no continente e internacionalmente: uma consequência de sua passagem para posições abertamente reacionárias e autoritárias.

A vitória do RN é produto da direitização geral da burguesia, no continente e internacionalmente: uma consequência de sua passagem para posições abertamente reacionárias e autoritárias. Governos “socialistas”, social-democratas, “conservadores” e liberais vêm aplicando em cada país as contrarreformas que destróem as condições de vida dos explorados, em proveito dos lucros parasitários dos monopólios e dos oligarcas das finanças. O financiamento e envio de armas

para Ucrânia e Israel, por exemplo, são um pesado fardo orçamentário para o estado, que continua despejando bilhões de euros nas indústrias de guerra, à custa de retirar direitos, destruir empregos e rebaixar salários. As massas têm se revoltado continuamente contra os ataques, e recorrem à ação direta. E os governos respondem com repressão e maior aparelhamento do estado policial, para esmagar a revolta das massas, perseguir e encarcerar os que lutam, assim como os que se opõem ao genocídio em Gaza ou à ofensiva belicista contra Rússia, etc.

Quanto mais Macron avançava para a direita em sua política externa e interna, mais se preparava a vitória eleitoral da ultradireita e do RN. Isso explica a presença de uma espécie de passagem dos governos social-democratas ou liberais para os partidos e governos fascizantes e ultradireitistas. A vitória eleitoral de Meloni na Itália, que sendo anteriormente rejeitada pela burguesia italiana e europeia como um “perigo” à democracia, foi rapidamente assimilada nas estruturas e relações continentais, é um claro exemplo disso. É seguindo seu exemplo que Le Pen percorreu as sedes das principais empresas da burguesia imperialista francesa, prometendo-lhes que manteria o país no quadro da União Europeia, ainda que exigindo mudanças que favoreçam à França diante da Alemanha – em franca crise e rápida desagregação industrial. O nacionalismo imperialista mais marcado do RN expressa a oportunidade que se apresenta à burguesia francesa de tirar proveito do atual retrocesso alemão. O mesmo verifica-se com a ascensão da ultradireitista Alternativa para Alemanha (AfD), ainda que ajustado às particularidades da Alemanha.

A vitória de RN passa por dentro da própria democracia burguesa. O RN cresceu e se fortaleceu em seu interior. Evidentemente, não expressa seu desenvolvimento e fortalecimento; mas sua decadência e desagregação. Abandonam, uma após outra, todas as máscaras do “Estado de Bem-estar”, e surgem de seu seio os estados policiais e as medidas autoritárias dos governos, se-

jam de esquerda ou da “direita radical”. A Assembleia Nacional na França mostrou essa decomposição, quando aceitou a imposição de Macron da reforma da Previdência por decreto, ou quando compactuou com as medidas terroristas de estado contra as massas, etc.

A vitória esmagadora da ultra direita nas eleições ao Parlamento Europeu afundou no desespero os socialistas, comunistas e o partido de esquerda *França Insubmissa*. Rapidamente, se uniram para “derrotar” a ultradireita, recorrendo às combinações eleitorais já fracassadas no passado. Assim nasceu a NFP, que é apresentada como a única forma de derrotar o “fascismo”, reunindo todas as “forças progressistas”. Seu programa é uma mescla de lugares comuns em defesa de reformas e dos direitos conquistados, que não alteram as profundas desigualdades, e menos ainda atacam os monopólios. Ao que se combina uma clara posição belicista em relação à Rússia, e de indefinição diante do genocídio na Palestina. Ainda que possam servir à burguesia, no caso de uma alta da luta de classes, que ameaçasse o regime burguês. Não existindo esse perigo, a NFP servirá de instrumento da burguesia contra as massas para continuar impondo suas imposições autoritariamente. A “Nova Frente Popular” não passará de mais uma máscara democratizante da burguesia para atacar as massas.

Se o objetivo de Macron, convocando eleições antecipadas, era impedir a ultradireita de ganhar apoio eleitoral no decorrer dos próximos anos, e se apresentar como um avalista da unidade dos partidos burgueses para cumprir esse objetivo, sua derrota (e a de seu partido) mostrou que burguesia, cada vez menos, se “assusta” com a ultra direita, que se mostra disposta a domesticar seu programa, e preservar a farsa democrática, para defender seus interesses de classe. Se a RN conquistar maioria parlamentar no segundo turno, poderá haver uma ou outra mudança nos métodos de governo. Mas, logo ficará claro que o apoio da burguesia a seu governo demonstrará que não precisa ainda recorrer ao fascismo,

“o “choque” entre a ultradireita e esquerda se dá no quadro da democracia burguesa, e não da luta de classes (...)

porque as direções das massas estão afundadas até o pescoço no pacifismo, e está ausente a direção revolucionária capaz de organizar os oprimidos por trás da estratégia proletária.

Foram noticiadas renúncias dos candidatos, da esquerda e da direita, pior colocados, em favor daqueles com maiores probabilidades de vencer em suas regiões, visando a barrar a “vitória da ultradireita”. 121 candidatos da NFP desistiram, em favor de republicanos e liberais, e ao redor de 60, da coalizão governista. Entretanto, um setor do governo se nega a favorecer a “extrema esquerda”. Se essa situação permanecer, se não obtiver maioria, a RN irá negociar, na Assembleia, estes e outros apoios. Qualquer que seja o resultado das manobras, porém, não há como barrar o avanço da RN: é questão de tempo até consumar seu objetivo, uma vez que as tendências da situação mundial e nacional o favorecem.

O “choque” entre a ultra direita e a esquerda se dá no quadro da democracia burguesa, e não da luta de classes, mostrando que se, de um lado, as instituições e métodos democrático-burgueses podem servir à burguesia para

resolver seus conflitos e desviar a luta das massas, de outro lado, que a NFP pode servir ao objetivo burguês, de desviar setores radicalizados da esquerda e dos movimentos populares organizados por trás das ilusões democráticas.

Embora muitos setores operários e populares fossem arrastados a apoiar a NFP, no maior comparecimento eleitoral em décadas, uma alta porcentagem da população não votou: quase 40% do total deram as costas às eleições no primeiro turno. Pelas mesmas razões que citamos mais acima, é provável que parte dessa população se dirija a votar no segundo turno, para “derrotar os fascistas”. Ainda mais se se confirmar que os candidatos da burguesia derrotados decidam apoiar o RN, o que poderia levar a um crescimento dos votantes contrários à sua vitória.

Destacam-se ainda os protestos, contestando e rejeitando a vitória da ultra direita. Muitos dos que votaram na NFP saíram às ruas, para expressar seu descontentamento. Setores que não votaram também confluíram nas mobilizações. As ações de rua são, porém, protestos limitados. Não expressam uma tendência das massas a darem

as costas às eleições e avançar na luta de classes. Logo retornará a campanha eleitoral do 2º turno, e a maioria esmagadora das correntes reformistas e “marxistas” (como fazem também no Brasil) farão campanha para que se vote contra a RN, apoiando assim a NFP.

O espantalho da “frente popular” para derrotar a ultradireita, a história já o demonstrou (na França e na Alemanha), que anestesia os explorados e lhes impede de avançarem na sua independência de classe. Na França, Alemanha, e também em nosso país, é preciso convocar as massas a não caírem no engano das promessas eleitorais, e organizá-las para impor suas reivindicações mais elementares com a luta de classes. Assim é que se avançará na derrota da ultra direita, e também se romperá com as traições das direções sindicais e políticas das massas. Qualquer outra política diante de tamanhos ataques da burguesia e de seus governos, é uma traição, e significa desperdiçar criminosamente uma oportunidade única na nova etapa da luta de classes, para unificar e centralizar os combates contra a burguesia e seus governos. ●

Irã - Eleições

Reformistas e conservadores disputam o governo no 2º turno As massas nada têm a ver com eles, e precisam conquistar sua independência e desenvolver sua estratégia própria de poder

Haverá segundo turno eleitoral no Irã, no dia 05/07, após a votação no primeiro turno dar a vitória ao “reformista” Masoud Pezeshkian, com 44,40% dos votos, que enfrentará o “ultraconservador” Saeed Jalili, que obteve 40,38%. As eleições antecipadas foram convocadas após a morte do então presidente Ebrahim Raisi, em um acidente de helicóptero, no dia 19 de maio.

O presidente cumpre es-

sencialmente no exterior uma função cerimonial e, no país, pode propor medidas, mas não tem poder para implementá-las. As decisões sobre política e economia ficam nas mãos do aiatolá Ali Khamenei e do “Conselho de Guardiões da Revolução”, formado por clérigos e advogados. Os militares e a burguesia enriquecida sob a sombra do regime surgido da Revolução de 1978 são peças chaves nesse funcionamento. Apesar dos reformis-

tas e ultraconservadores se chocarem por décadas pelas candidaturas, ganhe quem ganhe, não se alteram essas relações de poder.

O regime teocrático iraniano é uma particular combinação histórica das forças que dirigiram a Revolução, e que passaram a forjar uma aliança junto à nova burguesia (forjada no curso histórico de sua consolidação), que viria colocar os fundamentos teocrático-burgueses do Estado. Cléri-

gos e militares constituem as duas forças que dominam as instituições e decidem sobre os rumos do país. A força dos aiatolás reside no fato da cobertura religiosa servir por décadas de envoltório à revolta nacional contra o regime monárquico do Xá persa, então apoiado pelo imperialismo. O mesmo verifica-se (salvando as devidas particularidades) com os movimentos islâmicos de conteúdo nacionalista que surgem e continua |>

Os reformistas expressam uma camada da pequena burguesia ... que objetiva reduzir as benesses de clérigos e militares, e ter maior participação na divisão dos lucros ...

se espalham há décadas por todo Oriente Médio. O poder dos militares, especialmente da Guarda Revolucionária da Revolução, reside em que garante a estabilidade interna e externa do regime, graças ao desenvolvimento de suas capacidades militares. A ligação deste aparelho burocrático-militar, que dirige o país, à burguesia é dada pelos elevados lucros que obtém pelo parasitismo dos recursos estatais e pela superexploração assalariada. Todavia, essa base político-social não sobreviveria muito tempo, sem a ajuda da burocacia russa, principal aliada do Irã.

Os “reformistas” lutam há décadas contra pautas de costumes, que se chocam com um setor amplo das massas, que exige que se aumentem as liberdades políticas, religiosas e civis. Portanto, se chocam com o objetivo dos “ultraconservadores”, de manter uma rígida norma sobre costumes, cultura e liberdades individuais, como meios de controle político. Na base desses choques, estão interesses de classe concretos. Os reformistas expressam uma camada da pequena burguesia intelectual, profissional e comercial, que objetiva reduzir as benesses de clérigos, militares e burgueses, e ter maior

participação na divisão dos lucros e do orçamento pela exportação de petróleo. Trata-se de uma disputa ao redor da divisão do excedente produzido pela classe operária. De fato, os “reformistas” não são favoráveis a aumentar direitos trabalhistas, de organização e manifestação nos sindicatos, etc. Assim como têm aprovado todas as reformas trabalhistas e de redução de salários. Acima dessas disputas, está a arbitragem do Conselho de Guardiões da Revolução, visando a manter a casta clerical-militar no poder.

A classe operária e os assalariados servem de base para as disputas entre as classes possuidoras e seus agentes burocrático-religiosos, que usufruem das conquistas revolucionárias, especialmente da nacionalização das refinarias de petróleo e gás, que provêm a maioria dos recursos orçamentários, e são a fonte de parasitismo de clérigos, militares e burgueses.

É nesse quadro que se pode avaliar a elevada abstenção. Mostra a experiência, que quando um reformista vence nas eleições, a exemplo de Mahmoud Ahmadinejad, em 2005, seu programa de governo é condicionado por Khamenei e pelo Conselho de Guardiões da Revolução. Eles supervi-

sionam a escolha dos candidatos, e decidem quem pode concorrer de acordo com rígidos padrões religiosos e políticos, assim como a brutal repressão contra os movimentos e greves, qualquer que seja o presidente eleito, explicam que 60% da população se abstiene de votar, indicando uma profunda rejeição perante as eleições de cartas marcadas e a casta clerical-militar. É um claro sinal de que, sob a superfície da imagem inabalável do regime, se acumulam profundas contradições sociais e políticas.

As lutas e greves dos últimos dez anos no país surgiram das profundas consequências econômicas da crise e do criminoso bloqueio imperialista sobre as condições de vida dos explorados e oprimidos. As massas lutam por salário, direitos e liberdade de organização. Chocam-se contra o luxo da burguesia, e as benesses de clérigos e militares, à custa do empobrecimento das massas. Somente em luta, contra “ultraconservadores” e “reformistas”, e por suas reivindicações, é que irão avançar na sua independência de classe, e, ao mesmo tempo, impedirão que o imperialismo se aproveite da crise para impor seus interesses. Mas, é essa, precisamente, a política que esteve – e está – ausente hoje no país, porque as

massas não têm sua direção revolucionária que ajude os explorados a intervirem com seu programa próprio nas eleições e na própria crise do regime. Por mais ódio que possam ter contra o regime, as massas nunca devem favorecer o interventionismo imperialista, ou que se imponham os interesses do capital financeiro internacional.

Somente em luta, contra “ultraconservadores” e “reformistas”, e por suas reivindicações, é que irão avançar na sua independência de classe, e, ao mesmo tempo, impedirão que o imperialismo se aproveite da crise para impor seus interesses.

A tarefa mais imediata é dar passos para reconstruir a direção revolucionária mundial do proletariado, e constituir seu partido proletário no Irã, sem os quais não haverá como pôr fim crise, que se alastrá sob o regime em decadência, para alcançar um governo próprio dos explorados e demais oprimidos. ●

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

**Guillermo Lora e a Rússia
EM DEFESA DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA**

e da Revolução Política como parte da Revolução Mundial Socialista

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO NOVO!

**PARA ONDE
marxismo vs revisionismo
VAI O CERQUI**

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO NOVO!

**COMO É (DE FATO) a
RUSSIA HOJE**

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocacia contrarrevolucionária

Adquira com nossos militantes!

O sionismo será derrotado quando as massas romperem com a farsa democrática e avançarem na luta de classes



Durante as últimas semanas, foram noticiadas contínuas rupturas no interior do “Gabinete de Guerra”, entre a situação (ultradireita) e a oposição. Partidos e correntes reformistas e centristas criticam o regime terrorista sionista. Esquecem-se de que o “Gabinete” coloca todas as frações políticas sionistas sob um comando único, orientado a completar a limpeza étnica e a colonização da Palestina, com apoio do imperialismo.

DISSOLUÇÃO DO ‘GABINETE DE GUERRA’ NÃO ALTERA O CURSO HISTÓRICO DO GENOCÍDIO

Quando o ministro de Defesa, Yoav Gallant, exigiu de Netanyahu um “plano” para a “governança de Gaza”, não o fazia defendendo o direito dos palestinos a se autodeterminar: apenas se preocupava com os custos (econômicos, diplomáticos, jurídicos) de continuar o genocídio em meio ao profundo isolamento de Israel. Sua divergência com Netanyahu não é “ideológica”. Depois foi a vez de Benny Gantz, da “Unidade Nacional” (oposição) renunciar ao “Gabinete de Guerra”. Como Gallant, renunciou após Netanyahu se recusar a apresentar seu plano para a “nova etapa do conflito”. Depois, somaram-se as divergências entre os comandos das Forças de Autodefesa de Israel (IDF) com Netanyahu. O chefe das IDF, Herzi Halevi, e o chefe dos serviços de segurança de Israel (Shin Bet), Ronen Bar, discutiram fortemente com Netanyahu sobre o “planejamento estratégico” da ofensiva militar, após a ONU acusar as IFD de “possíveis crimes de guerra”. A decisão da IFD de aprovar “pausas táticas” para fazer entrar em Gaza ajuda humanitária (como exigiam os países imperialistas) foi qualificada por Netanyahu e aliados ultradireitistas de “inaceitável”. Tem sido corriqueira a destruição de comboios de ajuda humanitária pelos colonos judeus ultradireitistas, objetivando matar de fome os palestinos, medidas essas que nenhum dos “opositores” criticou ou propôs frear.

Situacionistas e opositores sionistas constituíram, em meio a suas divergências, uma “unidade nacional”, visando a esmagar em sangue o Hamas, e impor em Gaza o controle sionista. Diferem em qual deve ser esse “governo”: se um formado por palesti-

nos subservientes como na Cisjordânia, ou então por uma força multinacional controlada pelos EUA; ou se é o próprio estado de Israel que deve governar (a proposta da ultradireita). Todas as propostas significam o avanço à ocupação colonial, uma acobertando-a por trás de tinturas jurídicas e políticos fáscicos; e a outra, sem qualquer máscara ou retórica democrática.

OPOSIÇÃO E SITUAÇÃO ESTÃO UNIDAS NO OBJETIVO DA COLONIZAÇÃO MILITAR DA PALESTINA

A dissolução do “Gabinete de Guerra” não altera, nem modifica a aliança do governo, entre Netanyahu e a ultradireita, que ainda mantém a maioria no Parlamento. Não se pode falar, portanto, de uma crise do governo. Ocorre que a situação política mundial tem sido cada vez mais desfavorável ao regime sionista. A oposição está planejando aproveitar eleitoralmente a situação para se apresentar como uma alternativa “moderada” e “progressista” do sionismo, e capaz de achar uma solução negociada com o imperialismo, os países árabes e a ANP. Não é por acaso que setores da imprensa e de intelectuais sionistas falam na necessidade de garantir a existência de um Estado palestino para ludibriar os países árabes, abafar as massivas manifestações pró-palestina e romper o isolamento de Israel.

O maior obstáculo a essa manobra – e não tão somente para o governo ultradireitista – é que, após nove meses de ofensiva militar, não houve a tal derrota de Hamas. De fato, Israel não conseguiu alcançar nenhum de seus “objetivos estratégicos”. E agora está aberta a via de uma “Guerra” com o Hezbollah. A perspectiva para o sionismo é incerta, no que diz respeito ao espírito de luta e combate dos palestinos. Enquanto a ANP caiu vergonhosamente em apoio popular, por seu papel traidor e colaboracionista com o sionismo, o apoio ao Hamas se mantém em Gaza e cresce na Cisjordânia. Também cresceu o apoio à luta armada entre a população palestina (+8%): 54% do total dos palestinos a consideram a única forma de confrontar Israel e estabelecer um Estado palestino. Ainda se levar em conta que o apoio das massas árabes à resistência pales-

tina cresceu nos últimos meses, assim como a solidariedade de milícias árabes, a situação de Israel é antagônica à possibilidade de vitória.

POR TRÁS DA CRISE POLÍTICA. COMPARCE A ECONÔMICA

Isto, enquanto manifestantes começaram a se manifestar novamente contra o governo Netanyahu, acusando-o de não se importar em garantir o retorno dos mais de 100 reféns israelenses, ainda sob poder do Hamas. As palavras de ordem “renúncia de Netanyahu” e “novas eleições”, que tinham refluído nos primeiros meses do ataque de Hamas, foram retomadas nas condições de isolamento do sionismo e de avanço da luta de classes em favor dos palestinos. Soma-se ainda à crise política interna, uma profunda e grave crise econômica. As gastanças de guerra estimam-se em US\$ 70 bilhões, até 2025 (os gastos de defesa cresceram de 5,3% para 9%). Grande parte desse crescimento para compra de armas, aviões, munições e tecnologia militar norte-americana, francesa, alemã etc., enriquece a burguesia estrangeira e nacional. Indústrias Aeroespaciais de Israel, Rafael Advanced Defense Systems e a Elbit viram crescer seus preços das ações muito além de sua capacidade de produção real. Enquanto isso, a economia civil encolheu e retraiu, a inflação disparou, e agravou os déficits orçamentários.

A estagnação econômica e a maciça retirada de investimentos estrangeiros (caíram 70%) já provocaram uma queda de 20% do PIB, se comparado ao ano passado, enquanto o consumo registrou uma queda de 27%. E ainda, combina-se a reversão dos investimentos diretos em Israel com seu crescimento no exterior – aumentando três vezes em relação ao ano passado. O Estado é o maior motor da economia, por meio da importação e exportação de armas e tecnologias de defesa. Porém, seus esforços militares são subsidiados diretamente pelo imperialismo e por governos com quem mantém suas relações comerciais. Um golpe direto na economia e no comércio exterior atingiria as capacidades de guerra do sionismo, e significaria um grande feito para a luta das massas pela derrota do sionismo.

continua | >

A CENTRALIZAÇÃO DITATORIAL E MILITAR É UMA NECESSIDADE DO ESTADO SIONISTA

A decisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) e da Corte Internacional de Justiça (CIJ), de acusar lideranças do sionismo por crimes de guerra, não parou os massacres. Da mesma forma que novas eleições em Israel não afetarão o curso da limpeza étnica e do terrorismo colonial. No jornal *O Internacionalista/OI* nº 3 (abril de 2023), na nota “Governo ultradireitista manobra com a Reforma Judicial para continuar massacrando e reprimindo os palestinos”, assinalamos que a crise política, pelo rechaço da população israelense à Reforma Judicial, bloqueava o governo em seu objetivo de avançar na centralização política das instituições. O que fez com que o governo ultradireitista “engavetasse” temporariamente a Reforma. Tratava-se de uma *“manobra visando a estabilizar a ‘frente interna’ para ... continuar a ofensiva colonial e genocida do sionismo contra os palestinos”*. O mesmo reafirmamos no jornal *OI* nº 5 (julho de 2023), quando assinalávamos que o objetivo de Netanyahu em estabelecer negociações com a oposição ao redor da Reforma era o de “*ter mãos livres para novas incursões militares que impulsionam os negócios da burguesia sionista...*”, e que isso exigia equacionar *“a profunda divisão nacional”*. Finalmente, a manobra ficou escancarada em 24 de julho, quando a Reforma foi aprovada pelo Knesset. Eis porque afirmamos: “disciplinar e centralizar ditatorialmente as decisões e instituições judiciais” era um objetivo para retomar a colonização e a limpeza étnica dos palestinos (*OI* nº 6, de agosto de 2023).

A “unidade nacional” foi alcançada após 7 de outubro, e centralizou todas as frações sionistas por trás do objetivo da colonização militar de Gaza, sob a justificativa de “derrotar o Hamas”. Com a retomada dos protestos de um setor da população, exigindo a saída de Netanyahu por ser incapaz de trazer os reféns tomados pelo Hamas de volta para casa, é que essa “unidade nacional” sofreu um abalo. Não há, porém, qualquer discordância na verdadeira “unidade nacional” entre sionistas de “esquerda” e de direita quanto à colonização e ao genocídio dos palestinos. Por isso é que a centralização autoritária do governo de Netanyahu de 2023 não foi um desvio da curva, antes foi um prenúncio do que ocorre agora, com uma ainda maior centralização autoritária nas mãos dele. E é por isso também que a oposição foi parte dessa centralização no “Gabinete de Guerra”. A sua saída apenas permite que o governo de Netanyahu

aprofunde a concentração dos comandos administrativos e militares.

MANOBRA DIPLOMÁTICA E VIRADAS TÁTICAS PARA PRESERVAR O SIONISMO

O que não tem faltado ao sionismo são armas, petróleo e tudo necessário para continuar o genocídio. O governo norueguês reconheceu o “Estado Palestino”, mas continua enviando e vendendo armas a Israel. O governo brasileiro denunciou o genocídio, mas continua facilitando o envio de petróleo que engraxa o aparelho bélico e militar que trucida vidas palestinas. São muito mais os governos que fazem o mesmo, ainda que sem recorrer à demagogia retórica ou política eleitoral de Lula.

Se, por conveniência, o imperialismo (e objetivando preservar o regime sionista) “armasse um acordo” junto à oposição sionista de uma saída eleitoral à crise política, seria com o objetivo de dar uma nova forma a essa centralização ditatorial e militarista. Qualquer que seja a tática da burguesia imperialista e sionista, sionistas “de esquerda” e ultradireitistas compartilham das responsabilidades do genocídio. E, qualquer que seja a solução política, terá também por objetivo impedir que os países imperialistas sejam obrigados a tomar medidas contrárias ao sionismo, obrigados pela irrupção de massivos movimentos contra o genocídio e pela ruptura dos acordos com o Estado de Israel.

Essa pressão tem levado alguns governos a posarem de “humanitários” e a suspender (temporariamente) o envio de armas, e a declarar (demagogicamente) o reconhecimento do Estado palestino. O apoio a um “Estado palestino”, convivendo lado a lado do Estado genocida, é uma manobra diplomática para que os explorados e oprimidos se subordinem às saídas negociadas entre o imperialismo, sionistas e burguesias árabes. Enquanto ecoavam os resultados do massacre de 270 palestinos para resgatar 4 reféns israelenses, e os EUA desmontavam o cais que serviu à operação assassina, um barco dos EUA especializado em exploração marítima de jazidas de gás roubava gás nas costas de Gaza, e Israel apresentava um plano de guerra contra o Líbano.

DERROTAR O SIONISMO E OS GOVERNOS IMPERIALISTAS É A VIA PARA O FIM DO GENOCÍDIO

O Estado sionista só se criou e hoje sobrevive graças ao imperialismo. Especialmente, graças à paralisação e à cumprimente das direções sindicais e políticas, que se negam a convocar os operários a estrangular e romper as engrenagens

da maquinaria de guerra imperialista e sionista. No Brasil, entramos agora na campanha eleitoral, e muitas correntes e partidos correm atrás das combinações eleitorais supostamente para “derrotar a extrema direita”, subordinando as bandeiras palestinas ao que é possível nas “condições dadas”.

Um exemplo disso são algumas das correntes e partidos que estão na Frente em Deesa da Palestina São Paulo, que recentemente entraram em cheio na campanha eleitoral do “progressista” Boulos. Ele não diz uma palavra sobre o genocídio palestino, procurando não abalar os apoios financeiros e alianças eleitorais de setores sionistas, essenciais para sua campanha e sua possível “vitória”. Na França, os “progressistas” correm atrás da “Nova Frente Popular” para derrotar o ultra direitista Reagrupamento Nacional, chegando até a apagar dos programas qualquer referência à defesa dos Palestinos, para, assim, conquistarem o voto progressista dos setores “sionistas de esquerda”, ou que se dizem contrários ao “terrorismo islâmico”. Parece que a vitória eleitoral de alguns vendidos ao grande capital, ou a governabilidade da frente ampla burguesa que comanda o país, vale muito mais e é muito mais “relevante” para boa parte da esquerda que frear o genocídio de todo um povo.

Essa hipocrisia é antagônica à ação internacionalista das massas oprimidas, que se projetam institutivamente pela única via para derrotar o sionismo e frear o genocídio: a luta de classes com os boicotes, paralisações de universidades, bloqueio de rodovias e portos, ações diretas que obrigam a fechar subsidiárias das indústrias de armamento israelenses, etc. Enquanto a reedição pelos governos da farsa do “estado de direito” em Israel, e da existência de supostas forças “progressistas” sionistas, objetivam impedir essa explosão da luta de classes. Portanto, enganam-se e enganam as massas (o que é pior) os que correm atrás de impor a renúncia de Netanyahu, de exigir novas eleições ou de votar em candidatos burgueses “de esquerda”, como se isso fosse frear os massacres ou a colonização da Palestina. Somente atacando as bases econômicas e políticas sionistas em todos os países é que os explorados e oprimidos alcançarão o cessar fogo definitivo. Só com a destruição do Estado construído sobre base do colonialismo imperialista e genocídio da população nativa histórica, será possível começar a caminhar para uma solução duradoura e construir um Estado palestino livre, do rio ao mar, e socialista. ●



CONGRESSO APROVA O PROGRAMA DE GOVERNO DE MILEI

Situação e oposição se centralizam no ataque contra as massas para garantir os lucros dos capitalistas

Após seis meses de apresentadas as “Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos”, do governo ultradireitista de Javier Milei (primeiro como Decreto de Necessidade e Urgência/DNU e depois na forma de leis), essas medidas foram aprovadas pelo Congresso, com maioria em ambas as Casas.

No Senado, a votação foi de empate: 36 a 36 votos. Foi o vice-presidente que decidiu recorrer ao “voto de Minerva”, para garantir a vitória do governo. Entre os deputados, o governo conseguiu reverter a derrota dos meses anteriores, reunindo 147 votos favoráveis contra 107 contrários (2 abstenções). As precárias alianças costuradas de última hora, e a contínua negociação com a oposição dialoguista, garantiram ao governo a aprovação da “mega-lei” exigida pelo FMI, que vai desgraçar ainda mais os explorados.

VITÓRIA DO GOVERNO COM APOIO DE SETORES DA OPOSIÇÃO

O governo falhou, por seis meses, em impor que o Congresso aprovasse suas “Bases”. Foi somente quando se curvou às negociações com aliados e opositores, e aceitou modificá-la, que deputados e senadores garantiram os votos necessários para aprová-la. A “oposição” salvou o governo de mergulhar na crise, mas não assegura sua governabilidade, porque o submete às negociações no Congresso.

Dos mais de 600 artigos, restaram só 232: um terço do projeto original. Alguns foram retirados, a maioria foi modificada e cortada. As negociações com governadores e legisladores durante esses seis meses (com o governo

entregando recursos fiscais e subsídios em troca de votos) demonstraram a fraqueza do governo perante o parlamento. Milei teve de ceder perante a “casta política”, que tanto dizia odiar. Essa “concessão” lhe permitiu, inclusive, contar com alguns votos da oposição peronista – “inimiga declarada” de seu governo. Graças ao “toma lá, dá cá”, o imperialismo conseguiu dois objetivos decisivos para seus interesses: 1) que se aprovasse um violento retrocesso nas condições trabalhistas, salariais e previdenciárias; e 2) que se impusse a meta do superávit fiscal e das privatizações, para avançar com o parasitismo sobre a economia e sobre os recursos naturais da nação oprimida.

Entre os mais importantes artigos negociados, se ressalta o de não privatizar (por enquanto) Aerolineas Argentinas, Rádio e TV Estatais e Correios Argentinos. Empresas que estão passando – e ainda passarão – por “reestruturação” de gastos (em benefício do superávit fiscal). Milhares de demissões já foram anunciadas ou impostas à força, com cortes de verbas, congelamento salarial, etc. Entretanto, abre-se o caminho para as privatizações das empresas de água e saneamento (Aysa), e ferrovias de interesse do imperialismo, visando a monopolizá-las, para garantir um mercado cativo, que permita, aos monopólios e capital financeiro, impor tarifas que elevem seus lucros.

A BURECRACIA SINDICAL PERONISTA SERVIU DE ENFEITE À APROVAÇÃO DAS ‘BASES’

Apesar de declarações explosivas sobre o “desastre” que significaria a aprovação das “Bases”, de criticar os violen-

tos ataques aos salários e aos direitos trabalhistas, e de denunciar a desnacionalização e a destruição da “indústria nacional” pelas privatizações, uma parte da burocracia sindical peronista que controla as Centrais e sindicatos decidiu não convocar massivamente suas bases contra sua aprovação. Não chamou a greve, e apenas fez ato de presença com o aparelho sindical. Essa decisão de não travar uma luta séria contra as “Bases”, que desgraçarão os explorados, foi um reflexo da decisão do peronismo (União pela Pátria (UP)) e de setores do “radicalismo” (União Cívica Radical (UCR)) de dar quórum à sua discussão e votação, garantindo assim sua aprovação. A oposição peronista e os “radicais” mais “intransigentes” já sabiam que o governo tinha os votos necessários. De fato, alguns senadores peronistas acompanharam o governo e a oposição “dialoguista” na aprovação das leis malditas.

Não se tratou de afinidades ideológicas, mas de simples transação econômica: trocam-se votos por repasses financeiros e recursos fiscais aos estados e prefeituras, a exemplo dos Fundos de Incentivo Docente (ainda que reduzidos), distribuição dos recursos do “imposto de renda”, etc. Houve o caso de uma senadora que tinha votado contra as “Bases” até maio, e depois de lhe ser garantido um cargo de “embai-xadora” da Unesco na França (com salário mais elevado que o de senadora), votou a favor.

Para a burocracia, bastou fazer um acordo com o governo sobre reajustes salariais um pouco por acima daqueles propostos anteriormente.

continua | →

te por Milei e pelas patronais (ainda que muito por abaixo da inflação real), para não fazer nada no dia decisivo que pudesse impor a retirada das "Bases" pela força organizada das massas em luta. Ainda que tenha havido setores da burocracia que mobilizaram no dia de sua discussão e votação no Senado, apenas porque "ficar em casa" seria se chocar com a revolta das bases, e se retiraram logo após a votação. Momento aproveitado pelo governo, para reprimir os setores que permaneceram em frente ao Parlamento. Quando tratada de novo na Câmara dos Deputados, nem mesmo chamaram um ato ou uma manifestação.

MANIFESTANTES ACUSADOS DE GOLPISTAS POR DEFENDEREM SEUS DIREITOS

Com a "retirada" (fuga) da burocracia sindical peronista no dia de aprovação das "Bases" no Senado, realizou-se um operativo de guerra contra os manifestantes que se mantiveram em frente ao Congresso. A Polícia Federal, a Gendarmeria Nacional e a Polícia Metropolitana agiram com violência e truculência, para desmobilizar as colunas. Centenas ficaram feridos, e mais de 26 foram presos, acusados de ataques contra o "estado de direito". Semanas antes, o governo fez um operativo de busca e apreensão contra sedes de partidos de esquerda, e iniciou processos penais contra lideranças de movimentos populares, que servem de canal de organização à resistência de setores dos assalariados e desempregados, e que tinham realizado ações diretas.

Essa investida autoritária contra os movimentos e partidos de esquerda e classistas ferem e restringem as liberdades democráticas e políticas, e conta com o apoio de todo o judiciário e da esmagadora maioria das forças burguesas do Congresso. O peronismo demagogicamente se coloca contra, mas apenas para criar um palanque ao seu eleitoralismo. Avaliam que Milei ficará desgastado, quanto mais tempo passe e mais as massas fiquem revoltadas, para assim depois tirar crédito eleitoral disso, posando de "progressistas". Essa hipocrisia não resiste à menor das provas: nos estados e prefeituras em que governam, aplicarão a nova legislação para fazer seus negócios políticos com os subsídios sociais em troca de votos, negociando com empresários benefícios em troca de apoio, etc.

DIREITIZAÇÃO E AVANÇO DO ESTADO POLICIAL ESPELHAM A FASE DE DECOMPOSIÇÃO DA BURGUESIA

Sem resistência nacional organizada a partir das Centrais e dos sindicatos, a burguesia impôs o maior ataque aos assalariados na história da República, ao retirar conquistas e direitos, arrancados em décadas com sangue pela classe operária e demais oprimidos, isto em menos de sete meses desde que Milei foi eleito.

Qualquer que seja o governo burguês de plantão no país (peronista, radical, macrista ou ultradireitista), terá de aplicar as violentas contrarreformas contra as massas, e garantir o saque da nação oprimida em benefício do grande capital monopolista. Qualquer que seja o governo, portanto, precisará recorrer ao estado policial e restringir as liberdades democráticas (especialmente de manifestação e organização), para impor a ferro e fogo os ditames dos monopólios e do capital financeiro. Isso não é uma particularidade do governo ultradireitista de Milei, mas de todo e qualquer governo burguês que deve servir de administrador dos negócios da burguesia nas condições de desagregação capitalista.

É cegueira caracterizar o governo ultradireitista de "ditadura", quando ficou fartamente comprovado que não governa sem o Congresso e sem o apoio das forças políticas da direita "democrática" e do reformismo "peronista". A decomposição da democracia não é a obra de um partido ou corrente burguesa isolada, mas o reflexo da decomposição social e econômica do capitalismo, que somente sobrevive à custa de afundar as massas e o país na barbárie social. Milei e sua corja de "tecnocratas" são as manifestações políticas mais radicais desse processo – como o foi Bolsonaro no Brasil. E um claro exemplo da falsificação de que será possível derrotar a ultra direita por meio de combinações eleitorais e disputas parlamentares. Aos pobres e miseráveis, a burguesia reserva fome, miséria e pobreza e, quando se revoltam, pau, balas, prisão, perseguições, até chegar ao mais aberto terrorismo de Estado.

POR UM PLANO DE REIVINDICAÇÕES E DE LUTA UNITÁRIOS ATÉ DERRUBAR AS 'BASES' E O GOVERNO

Há cinco semanas, encerrou-se a greve geral dos assalariados do estado nordestino de Misiones (na divi-

sa com o Brasil), que finalizou com a derrota do governador Passalacqua. Surgida da revolta do funcionalismo contra os cortes salariais e os ajustes, rapidamente todo o estado se viu submerso em uma greve geral com manifestações massivas e radicalizadas, com bloqueios de rodovias e piquetes, com ocupações de prédios, etc. A polícia estadual também entrou em greve, e se uniu às manifestações, tornando ao governador impossível recorrer a ela para esmagar os grevistas. O movimento surgiu a partir das bases, e se impôs à burocracia e comandos policiais. Passalacqua convocou a Gendarmeria Nacional (polícia militarizada), para tentar abortar e esmagar a greve. Mas, não houve como a Gendarmeria reprimir (a presença da polícia entre os grevistas ameaçava fazer do confronto algo bem mais perigoso) e, finalmente, teve de ceder e retirar conjunturalmente seus ataques.

Essa experiência concreta demonstra que existem profundas e massivas tendências de luta presentes entre os explorados, e também sua decisão de lutar por suas reivindicações mais urgentes, passando por cima de suas direções conciliadoras e traidoras. É a realidade dos ataques e as reivindicações unitárias que levam as massas a se unir e recorrer aos métodos de luta próprios. Demonstra, portanto, que é possível romper os diques de contenção burocráticos, e impulsionar a luta coletiva e radicalizada por toda parte, com um movimento nacional e unitário.

Para que essa tendência avance em sua coordenação e ganhe projeção nacional, é necessário que os oprimidos rejeitem as negociações a portas fechadas, e deem as costas às instituições burguesas que sempre acabam votando e aprovando tudo o que os capitalistas lhes impõem. Misiones demonstrou que os ataques podem ser barrados e os governos podem ser derrotados com a luta de classes. É preciso expressar essas tendências e travar a luta para organizar e convocar assembleias gerais em todos os setores dos assalariados atacados. E fundamentalmente defender um programa de luta e de reivindicações comuns que de fato levam aos explorados a combater os governos e patrões, ajudando assim a avançar a sua independência de classe e união do programa revolucionário com o movimento das massas. ●